DIARIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

GDF GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Brasília, segunda-feira 05 de abril de 1993 — ANO XVII Nº 69

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO

ATOS DO GOVERNADOR.....1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.....3

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO.....3

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....3

SECRETARIA DE SAÚDE.....4

SECRETARIA DE TRANSPORTES.....4

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO.....5

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....5

PROCURADORIA GERAL.....5

TRIBUNAL DE CONTAS.....6

AVULSOS

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS.....6

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES.....14

ATOS DO GOVERNADOR

RETIFICAÇÃO

DECRETO Nº 14.640 DE 22 DE MARÇO DE 1993

(Republicado no DODF nº 66, de 31 de março de 1993)

1 — No art. 1º, inciso I, onde se lê: "XII — ..."
Leia-se: "XIII — ..."

2 — No art. 1º, inciso III, onde se lê: "IV — no incisio XII do art. 82, ..."
Leia-se: "IV — ... no inciso XIII do art. 82 , ..."

DECRETO DE 02 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Tornar insubsistente a nomeação de REGINA JUNQUEIRA MONTEIRO DE BARROS, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenadora do Sistema de Planejamento, Símbolo DFG-13, da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, publicado no DODF, nº 068, de 02 de abril de 1993.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, MURILO PEDROSA, matrícula nº 32.133-8, da Função de Assessoramento Superior-FAS, da Secretaria de Obras do Distrito Federal, a partir de 29.03.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 02 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, ABIGAIL DO CARMO LEVINO DE OLIVEIRA, Professor MG3Q, matrícula nº 87.917-7, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Diretor da Escola Classe 12 de Taguatinga, da Diretoria Regional de Ensino de Taguatinga, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 02 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

NOMEAR, ABIGAIL DO CARMO LEVINO DE OLIVEIRA, Professor MG3Q, matrícula nº 87.917-7, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Diretor do Centro Educacional Ave Branca, da Diretoria Regional de Ensino de Taguatinga, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 02 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

EXONERAR, por estar sendo nomeado para outro cargo, ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA ANDRADE, Professor MG3Q, matrícula nº 58.764-8, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Diretor do Centro Educacional Ave Branca, da Diretoria Regional de Ensino de Taguatinga, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 02 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

NOMEAR ANTÔNIO RODRIGUES DE OLIVEIRA AMARAL, Professor MG3Q, matrícula nº 58.764-8, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor do Departamento de Inspeção do Ensino, da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 25 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

NOMEAR VANDA PEREIRA DA SILVA, Professor MG1Q -GT3, matrícula nº 61.802-0, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Diretor da Escola Classe 29 de Taguatinga, da Diretoria Regional de Ensino de Taguatinga, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 26.03.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção do original, publicado no DODF nº 62, de 29.03.93)

DECRETO DE 15 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, HELENA TEREZINHA PORTO GASPAR, Professor MG3Q, matrícula nº 95.926-X, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Núcleo de Integração Escola-Comunidade, da Diretoria Regional de Ensino do Gama, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 26.03.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção do original, publicado no DODF nº 62, de 29.03.93)

DECRETO DE 25 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

NOMEAR MARIA ELISABETH MENDES RIBEIRO GONÇALVES, Professor MG3Q, matrícula nº 74.406-9, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Encarregado do Centro de Ensino de 1º Grau 03 de Taguatinga, da Diretoria Regional de Ensino de Taguatinga, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 26.03.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção do original, publicado no DODF nº 62, de 29.03.93)

DECRETO DE 25 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, EUNICE OLIVEIRA DE CASTRO, Professor MG3Q-GT3, matrícula nº 62.290-7, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau Mestre D'Armas, da Diretoria Regional de Ensino de Planaltina, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 26.03.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção do original, publicado no DODF nº 62, de 29.03.93)

DECRETO DE 10 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, ELIANE CALDAS BARCELAR, Professor MG3Q, matrícula nº 86.944-9, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, do Cargo de Chefe do Setor de Preservação do Ambiente Escolar, da Divisão de Apoio Escolar, do Departamento de Pedagogia, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 17.02.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção do original, publicado no DODF nº 051, de 11.03.93)

DECRETO DE 15 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, NILSON ASSUNÇÃO DE ARAÚJO, Professor MG3Q, matrícula nº 65.493-0, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Diretor da Escola Classe Vendinha, da Diretoria Regional de Ensino de Brazlândia, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 26.03.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção do original, publicado no DODF nº 62, de 29.03.93)

DECRETO DE 15 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, INÊS MARIA DE ARRUDA LEAL, Professor MG3Q, matrícula nº 94.428-9, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Diretor da Escola Classe 14 do Gama, da Diretoria Regional de Ensino do Gama, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 26.03.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção do original, publicado no DODF nº 62, de 29.03.93)

DECRETO DE 25 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear MARLENE SILVA MOREAUX NUNES, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente da Divisão de Recursos Humanos, do Departamento Geral de Administração, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 26.03.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção no original, publicado no DODF nº 62 de 29.03.93).

DECRETO DE 18 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, MURIEL TABOSA DE MORAES, Professor MG3Q, matrícula nº 97.048-4, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Núcleo de Recursos Humanos, da Diretoria Regional de Ensino do Plano Piloto e do Cruzeiro, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 26.03.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção no original, publicado no DODF nº 62 de 29.03.93).

DECRETO DE 15 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, CONCEIÇÃO DE MARIA ALMEIDA, Professor MG3Q, matrícula nº 95.279-6, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Diretor da Escola Classe 21 do Gama, da Diretoria Regional de Ensino do Gama, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 26.03.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção no original, publicado no DODF nº 62 de 29.03.93).

DECRETO DE 23 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido AURELIANO PETROLINO DA SILVA, Professor MG1Q, matrícula nº 65.616-X, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Encarregado do Centro Educacional 02 de Sobradinho, da Diretoria Regional de Ensino de Sobradinho, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 26.03.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção no original, publicado no DODF nº 62 de 29.03.93).

DECRETO DE 23 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, RICARDO DA SILVA GAMA, Professor MG3Q, matrícula nº 58.702-8, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Diretor da Escola Classe Várzeas, da Diretoria Regional de Ensino de Planaltina, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 26.03.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção no original, publicado no DODF nº 62 de 29.03.93).

DECRETO DE 23 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, ALOISIO VASCONCELOS MARTINS, Professor MG3Q, matrícula nº 45.576-8, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Encarregado do Centro de Ensino de 1º Grau Taquara, da Diretoria Regional de Ensino de Planaltina, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 26.03.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção no original, publicado no DODF nº 62 de 29.03.93).

DECRETO DE 10 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, por estar sendo nomeado para outro cargo, MARIANO ALVES DOS REIS FILHO, Professor MG1Q, matrícula nº 98.930-4, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Serviços, da Diretoria Regional de Ensino do Gama, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 26.03.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção no original, publicado no DODF nº 62 de 29.03.93).

DECRETO DE 15 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar,porestarsendonomeadaparaoutrocargo,MARIA RITA VIEIRA, FERREIRA Professor MG1Q, matrícula nº97.019-0,doQuadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Diretor da Escola Classe Santa Maria, da Diretoria Regional de Ensino do Gama, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 26.03.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção no original, publicado no DODF nº 62 de 29.03.93).

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL
Diretor Responsável
CLEMENTE LUZ
Redação e Administração
Anexo do Palácio do Buriti

Telefones
Redação diretor 225-7803 PABX 225-6830 Ramal 312 e 225-7055 Ramal 137

EXEMPLAR AVULSO:	Cr$ 15.000,00
ASSINATURAS:	Cr$ 600.000,00
PORTE ECT:	Cr$ 550.000,00

DECRETO DE 15 DE MARÇO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, WALER LOPES DE MELO TRINDADE, Especialista de Assistência à Educação, matrícula nº 73.406-3, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Encarregado do Centro de Ensino de 1º Grau 02 de Planaltina, da Diretoria Regional de Ensino de Planaltina, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 26.03.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção no original, publicado no DODF nº 62 de 29.03.93).

DECRETO DE 01 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Tornar sem efeito o Decreto de 25 de março de 1993, publicado no DODF nº 062 de 26 de março de 1993, que nomeou LUÍS ANTÔNIO LOPES PEREIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe do Núcleo de Programação Educativa, Código DF-11, da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção no DODF nº 068 de 02.04.93)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 01 DE ABRIL DE 1993.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "c", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo nº 030.003.354/93,

RESOLVE:

REVER os proventos da aposentadoria de LUZARDO JACÓ DE CASTRO E SILVA, matrícula nº 10.194-X, no Cargo de Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através de Ordem de Serviço de 24 de dezembro de 1987, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 244, de 29 do mesmo mês e ano, alterada pela Portaria de 16 de setembro de 1991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº184, de 18 do mesmo mês e ano, para deles excluir as vantagens previstas no artigo 2º, §§ 1º e 3º, da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-lei nºs 1.746, de 27 de dezembro de 1979, e 2.153, de 24 de julho de 1984, e pela Lei nº 62, de 12 de dezembro de 1989, e para considerá-los com as vantagens do Cargo em Comissão, Símbolo EC-02, de Assistente Técnico de Serviços de Programação e Informação Gerencial, da Tabela de Empregos em Comissão da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP, nos termos do artigo 193, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a contar de 15 de março de 1993.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

DEPARTAMENTO DA RECEITÁ
DIVISÃO DA RECEITA DO GAMA

ATO DECLARATÓRIO nº 04/93 - DRG-DpR-SEFP

O DIRETOR DA DIVISÃO DA RECEITA DO GAMA, DO DEPARTAMENTO DA RECEITA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi delegada pela ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/86-DpR e tendo em vista os Atos Instituídos pela Portaria nº 01/78 SEF, e fundamentado em verificações procedidas,

R E S O L V E

Cancelar as inscrições dos contribuintes relacionados abaixo, em virtude de não se encontrarem nos locais para onde foram concedidas as inscrições.

Insc. ICMS	Insc. ISS	RAZÃO SOCIAL
07119613-7		LUIZ CARLOS ARAÚJO COSTA E CIA LTDA-ME
07119250-6		AUTO PEÇAS GRANGEIRO LTDA
07118057-5		FRANCISCA PEREIRA MATEUS
07118056-7		ARAÚJO & CHAVES LTDA
07118028-1	076708-5	ATACADÃO DOS MOVEIS COM E REPR. LTDA
07118027-3		A. BATISTA CAVALCANTE-ME
07118024-9		FRANCARDI DISTR. DE FRANGOS E CARNES LTDA
07118020-6		CASA DE CARNES MORAES LTDA-ME
07123009-2		JOÃO GONZAGA BEZERRA-ME
07122999-0		RESTAURANTE E PIZZARIA DOM MERLOT LTDA-ME
07122958-2		NF-DISTR. DE ALUMINIOS E UTILIDADES LTDA
07122945-0		SUPERMERCADO GACEN LTDA
07122912-4		PRISCILA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
07122885-3	088394-8	NASGAM COM. DISTR. E REPR. LTDA
07118043-5		ACADEMIA E IND. DE MAT. ESP. SPARTACUS LTDA
07122847-0		MARIA GLEIDE MOREIRA VALE-ME
07121850-5		MARILDA ARMARINHOS E CONFECÇÕES LTDA-ME
07120558-6		TEFIL TECIDOS LTDA
07119872-5		GAMARISCO DISTRIBUIDORA DE FRIOS LTDA
07119816-4		DIMARE CONFECÇÕES LTDA-ME
07119809-1		MUNDIAL TOLDOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
07119797-4		LALIER MODAS E ARMARINHO LTDA-ME
07119775-3		MARLI ANTUNES DE LIMA
07119765-6		ODIVAL DE SOUZA BRITO-ME
07119764-8		JOSÉ MACIEL SILVA DE SOUZA-ME
07123010-6		OSMÁRIO ASSIS LUIZ-ME
07123017-3		PAULINO DE OLIVEIRA
07123023-8		FABIOLA DOS SANTOS-ME
07123026-2		CONFECÇÕES ARACUAÍ LTDA
07123034-3		MODISHLY IND. E COM. DE CONFEC. LTDA-ME
07123046-7		PADARIA E CONFEITARIA SÃO BRÁS LTDA
07123054-8		JOSÉ CARLOS CORRÊA BALDEZ
07123055-6		MERCANTIL SÃO PATRÍCIO DE GÊN. ALIMENTÍCIOS
07123066-1		FERRAGENS J A LTDA
07123081-5	088487-1	JOSIMAR FERREIRA MATOS-ME
07123087-4	088491-0	REMAR COM. E IND. DE MÓVEIS LTDA
07127440-5		LUCKY MÓVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
07127442-1		COMERCIAL DE GÊN. ALIMENT. CAMPINA GRANDE LTDA
07127448-0		FÁTIMA ROSA DE MAGALHÃES-ME
07127455-3		JOÃO OLIVEIRA-ME
07127458-8		JADAN AGROPECUÁRIA LTDA
07127480-4		AREAL SÃO FRANCISCO MAT. P/ CONSTR. LTDA
07127504-5	088527-4	RESTAURANTE E HOTEL PRAIA GAMA LTDA
07127543-6	088547-9	TAYS AUTO ELÉTRICA LTDA-ME
07127553-3		JÚLIA ALVES DOS SANTOS
07127564-9	090948-3	LUMA ENGENHARIA LTDA
07127572-0		MERCEARIA ESPERANÇA LTDA-ME
07127608-4		J. AMORIM COM. REPR. OBJETIVAS LTDA
07127638-6		SELETINTAS COMÉRCIO DE TINTAS LTDA
07127649-1		GAÚCHA MADEIREIRA LTDA
07127694-7		RANDSLEY G A PAMPLONA-ME
07127705-6		GENY COSTA LOPES-ME
07127740-4		ANTONIA ALDACIR PINHEIRO-ME
07127756-0		QUIMBRASILIA IND. E COM. DE PROD. DE LIMP. LTDA
07127821-4		VIANNA´S BAR E LANCHONETE LTDA
07127862-1		MERCEARIA R. A. MIRANDA LTDA-ME
07109328-1	076446-9	M C B MACHADO CORRÊA ELÉTRICA BRASÍLIA LTDA
07123063-7		SUPER SAC. DE HORT./FRIOS GILSON CARLOS LTDA
07123009-2		JOÃO GONZAGA BEZERRA-ME

Gama-DF, 23 de Março de 1993.
PEDRO KATSUHIRO NAKASHOJI
Divisão da Receita do Gama

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO DE 02 DE ABRIL DE 1993.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991 e o constante do Processo nº 00082.002836/93-FEDF,

RESOLVE:

Aplicar pena disciplinar de suspensão por 08 (oito) dias, no período de 12 a 20 de abril de 1993, à servidora DENISE AFFONSO MENDONÇA, matrícula nº 42.842-6, convertida em multa, na base de 50% (cinqüenta por cento) por dia da remuneração, ficando a supracitada funcionária obrigada a permanecer em serviço, a teor dos artigos 128 e 130, da Lei nº 8.112/90, tendo em vista a inobservância de normas legais e regulamentares, contidas nos artigos 116, incisos I, II e IV, e 117, inciso XV da mencionada Lei.

MARCO ANTONIO DE MORAES

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 30 DE MARÇO DE 1993

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.027.988/92,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria a MARIA DAS MERCEZ VIEGAS, matrícula n° 101.723-3, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei n° 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III,alínea "c" e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 30 DE MARÇO DE 1993.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.031358/92,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a FRANCISCA IVA DE LIMA, matrícula n° 103.936-9, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde Agente Administrativo, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c", e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "c" e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 30 DE MARÇO DE 1993.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.013338/92,

RESOLVE:

APOSENTAR MERCIA FERREIRA DA SILVA, matrícula n° 121.760-7, no Cargo de Assistente Básico de Saúde — Aux. Op. Serv. Div. Enfermagem, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item I, e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso I e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 30 DE MARÇO DE 1993.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.013600/92,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a HELENITA BARROS BRITTO, matrícula n° 108284-1, no Cargo de Assistente Básico de Saúde — Artífece Alf. Costuraria, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c", e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "c" e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 30 DE MARÇO DE 1993.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.023667/92,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a VALDIR LISBOA AMARAL KRUCHAK, matrícula n° 111.257-1, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde — Tec. Lab. Hemat. e Hemot., Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "a" e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "a" e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, com as vantagens previstas no artigo 184, item II, da Lei n° 1.711, de 28 de outubro de 1952, em consonância com a Lei n° 6.701, de 24 de outubro de 1979, de acordo com o artigo 5°, Parágrafo Único, da Lei n° 197, de 05 de dezembro de 1991.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 30 DE MARÇO DE 1993.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.010559/92,

RESOLVE:

APOSENTAR ERONDINA MARIA DE OLIVEIRA, matrícula n° 106.582-3, no Cargo de Assistente Superior de Saúde — Enfermeiro, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item I, e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso I e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 30 DE MARÇO DE 1993.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.012452/92,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a WOLNEY LEAL DOURADO, matrícula n° 103.374-3, no Cargo de Assistente Básico de Saúde — Artífice Man. Rest. Veic., Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea 'a" e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "a" e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 30 DE MARÇO DE 1993.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.027818/92,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a MARIA DE LOURDES BARROS, matrícula n° 111.619-3, no Cargo de Assistente Superior de Saúde — Enfermeiro, Classe Especial, Padrão I, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c", e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "c" e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CARLOS SANT'ANNA

SECRETARIA DE TRANSPORTES

PORTARIA DE 30 DE MARÇO DE 1993.

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 30, do Decreto n° 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o disposto nos artigos 1°, 2°, inciso I, e 3° do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

Designar ENI DE FREITAS MACIEL, para substituir MARGARIDA HATEM PINTO COELHO, no Cargo em Comissão de Gerente de Relações Comunitárias, Símbolo DFG-12, da Coordenação Operacional do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares, no período de 01.04.93 a 30.04.93.

ANTÔNIO AURELIANO SANCHES DE MENDONÇA

PORTARIA DE 29 DE MARÇO DE 1993

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o que preceitua o Decreto n° 11.386, de 26 de dezembro de 1988,

RESOLVE:

CONCEDER Gratificação pela prestação de Serviços Extraordinários, nos termos do Decreto n° 11.386, de 26 de dezembro de 1988, aos servidores abaixo relacionados, referente ao mês de fevereiro de 1993.

Nome: José Paes Santana — Matrícula n°: 36.352-9 — Total de horas: 40

Nome: Maria Vilani Xavier — Matrícula n°: 23.971-2 — Total de horas: 40

Nome: Irineu José Pereira — Matrícula n°: 14.243-3 — Total de horas: 40

ANTÔNIO AURELIANO SANCHES DE MENDONÇA

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DE 01 DE ABRIL DE 1993

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6°, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto n° 14.451, de 04 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

Nomear ANA MARIA DE JESUS SACRAMENTO, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário-Administrativo, Símbolo DFA-03, da Chefia de Gabinete do Diretor-Geral do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, a partir de 05.05.93.

RICARDO HENRIQUE SAMPAIO SANTIAGO

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1993

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artito 2°, inciso IV, do Decreto n° 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo n° 081.000535/93,

RESOLVE:

Considerar Aposentado ANTONIO PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula n° 531-2, no Cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Cultural do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item II, 187, e 189, parágrafo único, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso II, e § 4° da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, a contar de 19 de março de 1993.

FERNANDO ALBERTO CAMPOS LEMOS

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 30 DE MARÇO DE 1993

O SUPERINTENDENTE DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL — ArPDF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso VIII, do Regimento do ArPDF, aprovado pelo Decreto n° 8.531, de 14.03.85,

RESOLVE:

Nomear ELIENE MARIA DIAS ALVES, mat. 30.884-6 Técnico de Administração Pública, Classe 2ª Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Documentação e Comunicação Administrativa da Divisão de Apoio Administrativo Símbolo DFG-02, do Arquivo Público do Distrito Federal, a partir de 30.03.93.

WALTER ALBUQUERQUE MELLO

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MARÇO DE 1993

O SUPERINTENDENTE DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL — ArPDF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso VIII, do Regimento do ArPDF, aprovado pelo Decreto n° 8.531, de 14.03.88,

RESOLVE:

Designar SEBASTIÃO AFONSO MOREIRA FONSECA, mat. 24.231-4, Assistente da Gerência de Arquivo Permanente, Símbolo DFA-05, para responder pelos encargos de Gerente da Gerência Cultural e Técnica do Arquivo Público do Distrito Federal, Símbolo DFG-12, até a designação do titular, a partir de 1°.04.93.

WALTER ALBUQUERQUE MELLO

ORDEM DE SERVIÇO DE 01 DE ABRIL DE 1993

O SUPERINTENDENTE DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL — ArPDF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso VIII, do Regimento do ArPDF, aprovado pelo Decreto n° 8.531, de 14 de março de 1985,

RESOLVE:

ELOGIAR a servidora ANA PAULA MAGALHÃES LORDELLO, matrícula n° 052, Gerente da Gerência Cultural e Técnica, DFG-12, pela dedicação, competência, alta qualidade e profissionalismo de seu trabalho neste órgão.

WALTER ALBUQUERQUE MELLO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEÇÃO DE PESSOAL

CONCESSÃO DE SALÁRIO-FAMÍLIA

Servidor: Izabel Laurinda dos Santos
Matrícula: 38.027-X
Dependente: Ana Maria dos Santos, filha, nascida em 04 de maio de 1992 e Alan Rodrigues dos Santos, filho, nascido em 17 de agosto de 1987.

Conforme certidões apresentadas, a partir de 01 de abril de 1993.

TÂNIA PEREIRA ALVES MONTEIRO
Chefe da Seção de Pessoal — DAG/SEMATEC

CONCESSÃO DE SALÁRIO-FAMÍLIA

Servidor: Maria Cristina de Brito
Matrícula: 38.028-8
Dependente: Hellen Christina de Brito, filha, nascida em 19 de março de 1992

Servidor: Maria José Alves de Lemos
Matrícula: 37.890-9
Dependente: Luiz Felipe Lemos Siqueira, filho, nascido em 19 de março de 1993.

Conforme certidões apresentadas, a partir de 01 de abril de 1993.

TÂNIA PEREIRA ALVES MONTEIRO

Chefe da Seção de Pessoal — DAG/SEMATEC

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA — SLU

PROCESSO N°: 094.000.180/93
INTERESSADO: JOANA DE ALMEIDA SOUZA
ASSUNTO: Reconhecimento de dívida

À vista das instruções contidas nos autos e com fulcro no artigo 81 das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, aprovadas pelo Decreto n° 14.554/92, reconheço a dívida no valor de Cr$ 21.824.115,81 (vinte e um milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, cento e quinze cruzeiros e oitenta e um centavos), em favor da Sra. JOANA DE ALMEIDA SOUZA, correndo a despesa à conta do elemento 3190:92 — Despesas de Exercícios Anteriores, da dotação orçamentária deste Serviço Autônomo de Limpeza Urbana.

Brasília, 24 de março de 1993.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES
Superintendente

PROCURADORIA GERAL

TERMOS REGISTRADOS NA 1ª SPR-DF PUBLICAÇÃO CONFORME DECRETO N° 10.996/88
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO N°: 094.000.849/92 — PARTES: DF/SLU X COMABEM — ALIMENTAÇÃO LTDA. OBJETO: Fornecimento de TICKT ALIMENTAÇÃO para servidores do SLU. VALOR: Cr$ 2.638.554.159,00 (dois bilhões, seiscentos e trinta e oito milhões, quinhentos e cinqüenta e quatro mil, cento e cinqüenta e nove cruzeiros). NOTA DE EMPENHO n° 215/93-SLU, emitida por Estimativa em 26.03.93. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência n° 004/92-CPL/SLU. PRAZO: Até 30.11.93. TERMO PADRÃO n° 10/89.

PROCESSO N°: 094.000.849/92 — PARTES: DF/SLU X EAT — EMPRESA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR LTDA. OBJETO: Fornecimento de TICKT ALIMENTAÇÃO para servidores do SLU. VALOR: Cr$ 2.638.554.159,00 (dois bilhões, seiscentos e trinta e oito milhões, quinhentos e cinqüenta e quatro mil, cento e cinqüenta e nove cruzeiros). NOTA DE EMPENHO n° 216/93-SLU, emitida por Estimativa em 26.03.93. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência n° 004/93-CPL/SLU. PRAZO: Até 30.11.93. TERMO PADRÃO n° 10/89.

PROCESSO N°: 094.000.642/92 — PARTES: DF/SLU X SERMEC — SERVIÇOS MECANIZADOS, ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: Aquisição de peças para Mercedes-BENZ e Outros. VALOR: Cr$ 1.600.000.000,00 (um bilhão, seiscentos milhões de cruzeiros). NOTA DE EMPENHO n° 193/93-SLU, emitida por Estimativa em 22.03.93. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349030. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços n° 05/92 CPL/SLU. PRAZO: Até 31.12.93. TERMO PADRÃO n° 10/89.

PROCESSO N°: 094.000.642/92 — PARTES: DF/SLU X SERMEC — SERVIÇOS MECANIZADOS, ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: Retífica de Motores e Regulagem de Bombas Injetoras com substituição de peças. VALOR: Cr$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros). NOTA DE EMPENHO n° 194/93-SLU, emitida por Estimativa em 22.03.93. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços n° 005/92-CPL/SLU. PRAZO: Até 31.12.93. TERMO PADRÃO n° 10/89.

Brasília, 02 de abril de 1993.

TERMOS REGISTRADOS NA 1ª SPR – DF PUBLICAÇÃO CONFORME DECRETO Nº 10.996/88

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº 094.000.456/92 – PARTES: DF/SLU X MUNDIAL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA. OBJETO: Aditamento à NE nº 0029/93-SLU – Serviços de vigilância armada. VALOR Cr$ 121.909.921,00 (cento e vinte e um milhões, novecentos e nove mil e novecentos e vinte e um cruzeiros). NOTA DE EMPENHO nº 0206/93 emitida por Estimativa em 25-03-93. SUBELEMENTO DE DESPESA 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 003/92-CPLSLU PRAZO: Até 31-12-93. TERMO PADRÃO Nº 10/89.

PROCESSO nº 094.000.456/92 – PARTES: DF/SLU X MUNDIAL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA. OBJETO: Aditamento à NE nº 0030/93-SLU -Serviços de vigilância armada. VALOR Cr$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de cruzeiros). NOTA DE EMPENHO nº 0207/93-SLU, emitida por Estimativa em 25-03-93. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços/ nº 003/92-CPL/SLU. PRAZO: Até 31-12-93. TERMO PADRÃO 10/89.

Brasília, 02 de abril de 1993

TRIBUNAL DE CONTAS

PORTARIA Nº 077, DE 02 DE ABRIL DE 1993

A VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o artigo 18, inciso III da Lei-DF nº 91 de 30 de março de 1990, combinado com os artigos 84, inciso XVI e 87, inciso I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução-TCDF nº 38, de 30 de outubro de 1990 e tendo em vista o que se apresenta no Processo nº 1402/93,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria a ELZA DA SILVA GUIMARÃES, no cargo de Analista de Finanças e Controle Externo, Classe Especial, Padrao III, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares deste Tribunal, com fundamento no artigo 40, inciso III, alínea "c" da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "c" da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens previstas no artigo 2º, alínea "b" e §§ 2º e 3º, da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelo Decreto-lei nº 1.746, de 27 de dezembro de 1979 e pelo Decreto-lei nº 2.153, de 24 de julho de 1984 e no artigo 2º, da Lei-DF nº 062, de 12 de dezembro de 1989, regulamentado pelo artigo 1º da Resolução-TCDF nº 29, de 13 de dezembro de 1989.

MARLI VINHADELI

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO CONTRATO Nº 06/93-DETRAN/DF

PROCESSO Nº: 55.000557/93
PARTES: Contratante: DETRAN/DF – Contratada: RADIOTEL – Instalações Manutenção e Comércio Ltda.
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, desmontagens e instalações, com aplicação de peças para o exercício de 1993.
VALOR: Cr$ 220.296.120,00 (duzentos e vinte milhões duzentos e noventa e seis mil cento e vinte cruzeiros), natureza da despesa 349039, fonte 050 e NE nº 00139/93
DATA: 25.03.93
VIGÊNCIA: 31.12.93
ASSINATURAS: Pelo DETRAN/DF seu Diretor-Geral o Sr. Dilson de Almeida Souza e pela contratada seu Diretor-Proprietário o Sr. Nelson Kugler Machado.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO ADITAMENTO Nº 16/93-DETRAN/DF SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO

CONTRATO Nº: 13/92
PROCESSO Nº: 55.002536/92
PARTES: Contratante: DETRAN/DF – Contratada: SITRAN – Sinalização de Trânsito Industrial Ltda.
OBJETO: Suplementar Recursos
VALOR: Cr$ 525.000.000,00 (quinhentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros), natureza da despesa 349030, fonte 050 e NEs nºs 0396 e 397/93
DATA: 23.03.93
VIGÊNCIA: 30.03.93
ASSINATURAS: Pelo DETRAN/DF seu Diretor-Geral o Sr. Dilson de Almeida Souza e pela contratada seu Procurador o Sr. Athayde Passos da Hora.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO ADITAMENTO Nº 17/93-DETRAN/DF TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO

CONTRATO Nº: 14/92
PROCESSO Nº: 55.004118/91
PARTES: Contratante: DETRAN/DF – Contratada: Objetiva Comércio e Representações Ltda.
OBJETO: Suplementar Recursos
VALOR: Cr$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), natureza da despesa 349039, fonte 050 e NE 00405/93
DATA: 25.03.93
VIGÊNCIA: 31.12.93
ASSINATURAS: Pelo DETRAN/DF seu Diretor-Geral o Sr. Dilson de Almeida Souza e pela contratada seu Diretor-Presidente o Sr. Marco Antônio Resende de Oliveira.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 023/93-PJ-FHDF AO CONTRATO Nº 044/92-PJ-FHDF. CONTRATANTES: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL e a firma SOS – CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA. OBJETO: Prorrogar por 60 (sessenta) dias corridos a contar do dia 30 de março de 1993, o prazo de vigência consignado na Cláusula Nona do Contrato nº 044/92-PJ-FHDF. PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias corridos a contar de 30 de março de 1993. DESPESA DE PUBLICAÇÃO: FUNDAÇÃO. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 225/92 e seus anexos, Processo nº 061.008799/92-FHDF, que deu origem ao Contrato Principal. DATA DE ASSINATURA: 30 de março de 1993. PELA FUNDAÇÃO: CARLOS CORRÊA DE MENEZES SANT'ANNA. PELA CONTRATADA: PAULO SÉRGIO ALFONSO VIEIRA. TESTEMUNHAS: FRANCILDA JANUÁRIA DE OLIVEIRA E IVANILDA DE MOURA LEAL.

FRANCISCO GILSON PINHEIRO
Seção de Contratos e Convênios/FHDF
Chefe

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA – CEB

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 002/93-PJU/CEB, entre a CEB e a RATTO PROPAGANDA Ltda, assinado em 24.03.93, objetivando a prestação de Serviços de Divulgação e Publicidade no âmbito do Distrito Federal, de acordo com a Lei nº 4.680, de 18/06/65 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 5.7690, de 01/02/66., no valor global de Cr$ 10.152.169,241,70, com prazo de vigência até 31.12.93. Processo nº 093.000.634/93. Concorrência Pública nº 01/92-SCS/GDF, homologada pelo Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal. Despesas de publicação: CEB. Assinaturas: pela CEB, JOSÉ GERALDO MACIEL e HERBERT DE ASSIS GONÇALVES, e pela RATTO PROPAGANDA, LUIZ ANTUNES DE SOUZA.

GILSON DIAS PEREIRA
Procurador Jurídico

IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS

Extrato de Estatuto

NOME: IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, pessoa jurídica de direito privado; **SEDE E FORO:** Av. L/2 Sul, SGAS, Quadra 611, BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL e Foro nesta Cidade; **DURAÇÃO:** Por tempo indeterminado, podendo ser dissolvida pelo voto de 2/3 dos membros presentes em duas Assembléias Gerais Extraordinárias convocadas para esse fim; **DISSOLUÇÃO:** Em caso de dissolução, a Assembléia que a dissolver decidirá sobre o destino dos bens remanescentes; **FINALIDADE:** Adorar e servir a Deus, propagar o Evangelho de Jesus Cristo, exercer a filantropia, a assistência social, promover o ensino teológico, enviar e manter missionários; **ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO:** Assembléia Geral, Corpo Geral de Obreiros, Diretoria e Conselho Fiscal; **REPRESENTANTE LEGAL:** Seu Presidente; **ROL DE MEMBROS:** É composto de número ilimitado de pessoas de ambos os sexos que professam o credo das Assembléias de Deus no Brasil; **DIRETORIA:** Composta de Presidente, que será sempre o Pastor da Igreja, 1º e 2º Vices-Presidentes, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros; o ESTATUTO poderá ser reformado por 2/3 dos membros em Assembléia Geral; **RESPONSABILIDADE:** A Igreja não se responsabiliza por dívidas de seus membros.

Brasília-DF, 02 de abril de 1993.

SÓSTENES APOLOS DA SILVA
Pastor-Presidente

(DAR-Cr$ 768.000,00)

ANDES – SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

EXTRATO DE ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA DO XII CONGRESSO DA ANDES-SN

Às vinte horas e trinta minutos do dia vinte e oito de fevereiro de hum mil novecentos e no-

venta e três, subiram ao palco do Teatro Manaus os professores Márcio Antonio de Oliveira, Presidente da ANDES - SN , Silvio Frank Alem , Secretário Geral , Clodomir Monteiro, 1° Vice-Presidente Regional Norte, Henrique dos Santos Pereira, Presidente da ADUA SSind. da ANDES-SN, que constituíram a Mesa Diretoria da Plenária de Abertura do XII Congresso da ANDES-SN, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (...). A pedido do Presidente, o Secretário Geral submeteu à Plenária uma emenda ao Estatuto do Sindicato, cuja urgência previamente divulgada exigia deliberação imediata. Sem que oradores se apresentassem para usar da palavra foi aprovada por aclamação a inclusão da seguinte alteração, no Título das Disposições Transitórias. Art. 103 — "Em caráter excepcional, o XII Congresso se realizará no período de 28 de fevereiro a 05 de março de 1993" (...). Eu, Sílvio Frank Alem, Secretário Geral, redigi a presente Ata. Manaus, 28 de fevereiro de 1993.

(DAR Cr$ 704.000,00)

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio n° 018/93-DETRAN, celebrado entre o DETRAN e a NOVACAP, assinado em 01.04.93, para execução das obras e serviços de construção e ampliação de seus prédios localizados no Distrito Federal e respectiva urbanização, no valor global de Cr$ 9.000.000.000,00 (nove bilhões de cruzeiros), a taxa de administração de 10% (dez por cento) e o prazo de vigência a partir da data de sua publicação no DODF, expirando-se em 31.12.93. Assinaturas: Pelo DETRAN — Dilson de Almeida Souza e pela NOVACAP, Newton de Castro e Gladston Liporaci Barbosa.

ANDES — SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
EXTRATO DE ATA DA PLENÁRIA DO TEMA V — QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS DO XII CONGRESSO DA ANDES-SN

Aos seis dias do mês de março de hum mil novecentos e noventa e três, no auditório do SESI, da cidade de Manaus, aos trinta minutos, reuniu-se Plenária do Tema V — Questões Organizativas e Financeiras, do XII Congresso da ANDES-SN. A mesa foi composta da seguinte forma: Presidente, prof. Agamenon Tavares de Almeida; Vice-Presidente, Profª Lúcia Helena Lodi; 1° Secretário, Prof. Pedro Murrieta; e 2° Secretário Prof. Naldson Ramos da Costa. A pauta para debate e deliberação foi a seguinte: 1 — Transformação e Homologação de ADs em Seções Sindicais da ANDES-SN; 2 — Regimento da Secretaria da Regional Norte da ANDES-SN; 3 — Cadastramento de ADs nos GTs; 4 — Alterações Estatutárias. Após a verificação do quorum regimental o Presidente deu início aos trabalhos lendo e aprovando a pauta de trabalho. Em seguida passou a palavra ao prof. Silvio Alem, Secretário Geral da ANDES-SN, que leu a solicitação de transformação das seguintes ADs, em S. Sindical da ANDES-SN, dando o seguinte parecer favorável: "Em consonância com o art. 30, inciso II, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior — ANDES-SN, e em razão da documentação apresentada pelas Associações Docentes abaixo discriminadas, o XII Congresso da ANDES-SN se manifesta **FAVORÁVEL** a homologação destas Seções Sindicais da ANDES-Sindicato Nacional: APROEFEI — Associação dos Professores da Escola Federal de Engenharia de Itajubá; ADURN — Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; APUFPR — Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná; ADUFOP — Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto; APUBH — Associação dos Professores da Universidade de Belo Horizonte; ADUCAPE — Associação dos Docentes da Universidade Católica de Pernambuco; APUG — Associação dos Professores Universitários de Gurupi; ADCESP — Associação dos Docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí; ADUFES — Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo; ADESA — Associação dos Docentes do Ensino Superior Autárquico do Estado de Goiás; APES-JF — Associação dos Professores dos Ensino Superior de Juiz de Fora; ADUCSAL — Associação dos Docentes da Universidade Católica de Salvador; ADUNESP — Associação dos Docentes da Universidade Estadual de São Paulo. Colocado em votação, por unanimidade a Plenária aprovou o Parecer da Diretoria da ANDES-SN. Em seguida o Secretário leu o encaminhamento da Regional Norte solicitando a aprovação do Regimento para constituição da Secretaria Regional Norte da ANDES-SN, conforme termos estatutários do Sindicato. Parecer do Secretário foi FAVORÁVEL. A Plenária acompanhou o parecer do Secretário em votação por unanimidade (...). Com a palavra a Presidência da Mesa passou a submeter à apreciação da Plenária as seguintes alterações estatutárias, do Relatório Consolidado Tema V: Título VIII — Dsposições Transitórias — Inclusão de artigo — Art. 104 — Ficam prorrogadas até o XIII Congresso os prazos estabelecidos nos Parágrafos 1° e 2° do art. 76; o disposto no art. 82 e seus parágrafos; no artigo 84; o previsto no art. 99; o previsto no art. 100. Votação: aprovado por unanimidade (...). — Capítulo III — Da Diretoria da ANDES-SN inclusão de 3° Parágrafo no artigo 41: Os diretores de Secretarias Regionais substituirão os 2° Vice-Presidentes Regionais nas suas faltas, impedimentos e afastamento definitivo. Votação: aprovado por unanimidade (...). eu Naldson Ramos da Costa, no exercício da Secretaria, redigi a presente Ata. Manaus, 06 de março de 1993.

(DAR Cr$ 1.856.000,00)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
ARP — ASSESSORIA, CONSULTORIA E PROJETOS S/C LTDA
EXTRATO DE CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular, ALDO RAMALHO PICANÇO, brasileiro, casado, engenheiro civil, Carteira de Identidade n° 8 100 CREA/PR e CPF n° 358 667 059 / 15, residente e domiciliado na SQS — 307 Bloco "F" Apt° 101 Brasília — DF. e MARIA CECÍLIA PAGANINI PICANÇO, brasileira, casada, comerciante, Carteira de Identidade n° 2 220 657 — 6 SSP/PR e CPF 358 667 059 — 15, residente e domiciliada na SQS — 307 Bloco "F" Apt° 101 Brasília — DF., únicos sócios que constituem a sociedade por quotas de responsabilidade limitada que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade denominar-se-á ARP — ASSESSORIA, CONSULTORIA E PROJETOS S/C LTDA., terá sede e foro na cidade de Brasília — DF., à SDN — Conjunto "A" n° 136 Sobreloja — Parte "D" e poderá abrir filiais em qualquer parte dos território nacional.
CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade iniciará suas atividades a partir da data do registro deste Contrato e o prazo de sua duração será indeterminado. O exercício financeiro encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que será levantado um balanço do exercício, sendo os lucros ou prejuízos verificados, distribuídos ou suportados pelos sócios,na proporção de suas quotas de Capital.
CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto da Sociedade é executar Serviços de Assessoria, Consultoria e Projetos de Engenharia Civil.
CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social é de Cr$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), totalmente integralizados e divididos em 100 (cem) quotas cada uma no valor de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) cada uma, distribuídos da seguinte forma:
— ALDO RAMALHO PICANÇO: 90 (noventa) quotas de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) cada uma, perfazendo o total de Cr$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros), totalmente integralizados em moeda corrente e vigente no país.
— MARIA CECÍLIA PAGANINI PICANÇO: 10 (dez) quotas de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) cada uma, perfazendo o total de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), totalmente integralizadas em moeda corrente e vigente no país.
CLÁUSULA QUINTA: A sociedade será administrada por ambos os sócios, os quais representarão juntos ou separadamente a sociedade em juízo ou fora dele , assinando todos os documentos ligados aos interesses sociais. Ficando proibido aos sócios o uso da firma em favor de terceiro, não podendo dar fiança nem avais.
CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social, conforme a Lei em vigor.
CLÁUSULA SÉTIMA: As retiradas Pró-Labore, serão fixadas de comum acordo pelos sócios, dentro dos limites permitidos pela legislação do Imposto de Renda, a ambos os sócios.
CLÁUSULA OITAVA: As quotas poderão ser cedidas e transferidas somente com o consentimento ou renúncia de direitos de aquisição do outro sócio, podendo o presente contrato ser alterado parcial ou totalmente, de acordo com o outro sócio.
CLÁUSULA NONA: Em caso de falecimento de quaisquer dos sócios, a sociedade será extinta, levantando-se um "Balanço Especial" nesta data e os herdeiros do pré-morto receberão todos os seus haveres apurados até o Balanço Especial em 10 (dez) prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após 120 (cento e vinte) dias da data do Balanço Especial.
CLÁUSULA DÉCIMA: As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato, serão supridas ou resolvidas com base no Decreto n° 3.708 de 10 de janeiro de 1919 e em outras disposições legais que lhes forem aplicáveis.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o foro da cidade de Brasília, Distrito Federal, para qualquer demanda oriunda do presente instrumento e suas alterações posteriores.
Assim, justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam. (Ass.) Aldo Ramalho Picanço (Sócio); Maria Cecília Paganini Picanço (Sócia); José Francelino Filho; André Araújo da Silva Matos.

(DAR Cr$ 1.792.000,00)

SINDICATO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEICULOS
RODOVIARIOS DE BRASILIA
SEDE PROPRIA - CGC 00 031 708/0001-00
CLS 403 - BLOCO D - LOJA 20 - BRASILIA - DF

B A L A N C O G E R A L 1 9 9 2.

A T I V O

ATIVO CIRCULANTE			
DISPONIVEL			
CAIXA	805.303.624,43	.....	805.303.624,43
BANCOS C/ MOVIMENTO			
C.E.F. C/785	22.307.948.68		
C.E.F. C/745	938.821,38		
C.E.F. C/POUP.	133.982,58		
B. PROGRESSO S/A	(149.060.730,17)		
B DE BRASILIA S/A	36.604,00	.....	(125.643.373,53)
DEVEDORES DIVERSOS			
C. CORRENTES DEV.	550.000,05		
CAUCOES	33,73		
PAG. A CLASSIFICAR	883,29		
ADIANT. FERIAS	3.267.983,05		
ADIANT. RESCISAO	2.218.238,85	.....	6.037.138,97
ATIVO PERMANENTE			
IMOBILIZADO			
IMOVEIS	480.298.192,07		
MOVEIS E UTENS.	11.223.659,02		
INSTALACOES	111.912.583,79		
MAQUINAS DE ESCRIT.	2.606.575,47		
EQUIPAMENTOS	39.456.238,11		
VEICULOS	(407,29)	.....	645.496.841,17
			1.331.194.231,04

P A S S I V O

PATRIMONIO			
PATRIMONIO LIQUIDO	379.920.500,02	.....	379.920.500,02
CIRCULANTE			
CREDORES DIVERSOS			
PETROBRAS CONTRATO	535.770.365,96		
PETROBRAS DIST. S/A	78.050.704,39		
MENDES DIST.	7.378.494,20		

SINDICATO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEICULOS
RODOVIARIOS DE BRASILIA
SEDE PROPRIA - CGC - 00 031 708/0001-00
CLS 403 - BLOCO D - 20 - BRASILIA - DF

SHELL DO BRASIL S/A	97.125.693,70		
MANOEL PAULO A. NETO	60.000.000,00		
LEONE EQUIPAMENTOS	12.600.000,00		
POSTO TIRAD. LTDA	393.000,00	.....	791.318.258,25
OBRIGACOES FISCAIS			
IMP. RENDA RECOLHER	0,13		
IAPAS RECOLHER	148.791.390,22		
FGTS RECOLHER	9.258.015,64		
PIS RECOLHER	1.020.395,22		
CONTRIB.ASSIST.REC:	885.671,56	.....	159.955.472,77
			1.331.194.231,04

D E M O S T R A C A O D O R E S U L T A D O

RENDA COMBUSTIVEIS LUBRIFICANTES		13.432.941.931,12
(+) RENDA SORVETE BEBIDAS		45.803.190,00
(+) RENDA SOCIAL		514.612.219,00
(+) RENDA PATRIMONIAL		64.579.850,95
(+) EVENTUAIS		137.712.193,11
(+) RENDA TRIBUTARIA		8.527.853,16
(=) RENDA BRUTA		14.204.177.237,34
(-) DIRETORIA		139.632.382,49
(-) DEPARTAMENTOS		1.324.600.341,05
(-) DESPESAS DIVERSAS		668.079.806,74
(-) ASSISTENCIA JUDICIAIS		64.503.540,65
(-) ASSISTENCIA CONTABIL		37.928.692,45
(-) AUXILIOS DIVERSOS		8.806.669,38
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS		11.621.478.767,87
(=) SUPERAVIT		339.147.036,71

BRASILIA-DF, 31 DE DEZEMBRO DE 1992

Jose Bezerra Maia
Vice Presidente

Francir Marques filho
1o. Tesoureiro

Domingos Tamer P. Neiva
Contador

(DAR CR$ 2.240.000,00)

FORÇA PARA VENCER

EXTRATO DO ESTATUTO

Em sua Assembléia Geral, dia 17 de março de 1993, a instituição FORÇA PARA VENCER decidiu a Alteração do art. 17 do seu estatuto, que passa a ter o seguinte texto: o GFPV será dirigido por uma Diretoria com o mandato de cinco anos eleita privativamente por uma assembléia geral que também a destituirá quando comprovadamente deixar de cumprir suas finalidades e não será remunerada pelos serviços prestados. Não haverá distribuição lucros, dividendos, bonificações ou vantagens de qualquer espécie. A Ata da Assembléia foi lida e aprovada por unanimidade e assinada pelos diretores presentes.

ABED – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ECONOMISTAS DOMÉSTICOS – SEÇÃO BRASÍLIA/DF
ATA DE ABERTURA DO XII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA E EXPOSIÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de março de hum mil novecentos e noventa e três, na sede da Exitus Congressos e Assessoria Ltda, sita ao SRTVN Edifício Brasília Rádio Center, sobreloja quinze, CGC/MF 00742510/0001-34, ISS isento, inscrição estadual 053780-2, na Capital Federal do Brasil, cidade de Brasília-DF, com a presença do departamento de captação de eventos e sua Diretora Comercial Sra. Lelia Eleonora de Abreu Malta, portadora da Carteira de Identidade 2500086 IFP/RJ – CPF 184482161-72 e a ABED – Associação Brasileira de Economistas Domésticos Seção Brasília-DF com sede à QE 36 Conjunto "C", casa 01 Guará I na Capital Federal do Brasil – Distrito Federal e sua representante oficial a Sra. Marinéia da Esperança Nunes Menezes, portadora da Carteira de Identidade 339025SSP/DF, CPF 371489321-15. Realizou-se a reunião inaugural do XII Congresso Brasileiro de Economia Doméstica e Exposição, como providência preliminar, acordaram a Exitus Congressos e Assessoria e a ABED-Associação Brasileira de Economistas Domésticos Seção de Brasília-DF a abertura de uma Conta Corrente Conjunta no Banco do Brasil, agência Venâncio 2.000 Metropolitana/2872-X em nome do XII Congresso Brasileiro de Economia Doméstica por tempo determinado, tendo como titulares a Sra. Lelia Eleonora de Abreu Malta, conforme dados acima e a Sra. Marinéia da Esperança Nunes Menezes já qualificada no preambulo. Fica estabelecido que esta conta terá única e exclusivamente as assinaturas das titulares em conjunto, ficando acordado que na ausência de um dos titulares, cada parte terá um preposto nomeado por esta, para juntamente com o outro titular, assinar em seu lugar, ficando assim nomeados, pela Exitus Congressos e Assessoria a Sta. Solange Evangelista da Silva GR 713344SSP/DF – CPF 296649181-72, e pela ABED-Associação Brasileira de Economia Doméstica Seção Brasília, o Sr. Josenilson Guilherme Araújo GR 639171SSP/DF CPF 226410501-10. Nada mais havendo para tratar, deu-se em comum acordo encerrada a reunião e após lida e aprovada, eu Josenilde Rodrigues Pessoa Lopes, lavrei e assinei a presente Ata junto com os demais presentes. Lelia Eleonora de Abreu Malta/ Solange Evangelista da Silva/ Marinéia da Esperança Nunes Menezes/ Josenilson Guilherme Araújo. Brasília, 29 de março de 1993.

(DAR Cr$ 1.280.000,00)

CEB Companhia de Eletricidade de Brasília

CGC - 00 . 070 . 698/0001 - 11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 1992

Senhores Acionistas:

A Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB cumpriu a missão que lhe foi atribuída, dentro de sua área de concessão, principalmente no que se refere à melhoria de condições de vida da comunidade mais carente do Distrito Federal, apesar do quadro econômico recessivo delineado no exercício. Por isso, a Administração da empresa, com satisfação, apresenta a V.Sas. o presente relatório anual, acompanhado das demonstrações contábeis, das notas explicativas correspondentes e dos pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e da decisão do Conselho de Administração.

1. DESTAQUES

- A CEB elegeu o empregado Sérgio Gomes Lourenço "Operário Brasília/92" e, em seguida, "Operário Brasil/92".
- A melhoria de qualidade e ampliação da iluminação Pública contribuiu, também, para a redução do número de acidentes noturnos, envolvendo veículos automotores.
- A escolha, pelo cliente, da melhor data para o pagamento de sua fatura de energia elétrica integrou o programa DATA-LIVRE.
- CAIXA-CLICK - Permite o pagamento de fatura de energia elétrica em outras organizações que não as bancárias.
- Objetivando minimizar os acidentes decorrentes do uso de energia elétrica, a empresa implementou a Campanha de Segurança do Cliente.

2. RESULTADOS DA OPERAÇÃO

- A geração própria de energia elétrica correspondeu à variação positiva de 23,21% em relação ao ano de 1991.
- A energia elétrica requerida pelo Sistema Elétrico da CEB atingiu o índice de crescimento de 1,94%.
- A CEB efetuou o suprimento de energia elétrica nas tensões de 13,8kV, através de 9 pontos de entrega, a diversas áreas urbanas e rurais do Estado de Goiás.

3. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

- No período, foram ligados 18.124 novos consumidores.
- As classes residencial e comercial são as maiores consumidoras de energia elétrica no DF.
- Com o prosseguimento do Programa Alumiar, registrou-se o atendimento de 3.204 clientes e, fora dele, outros 937 novos consumidores rurais.

4. INVESTIMENTOS REALIZADOS

- Vários investimentos foram realizados no âmbito dos Sistemas de Geração, de Transmissão e de Distribuição, totalizando Cr$ 88.135.119 mil.

5. GESTÃO EMPRESARIAL

- Programas de trabalho foram ativados, especificamente quanto ao Planejamento Estratégico, à Modernização Empresarial, à Qualidade e Produtividade Empresarial, ao Desenvolvimento Gerencial, ao Projeto Crescer, ao Treinamento, à Saúde e Bem-Estar.
- Foi criado, por empregado da CEB, o ETR-Equipamento de Trabalho e Resgate, que permite resgatar o eletricista acidentado, do alto da estrutura, em 9 segundos, em média, e sem expor o socorrista a nenhum risco.

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE CRUZEIROS

ATIVO	1992	1991	PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	47.442.846	969.406			
Créditos, Valores e Bens Realizáveis			Fornecedores	555.901.314	23.352.279
Consumidores e Revendedores	170.333.801	15.097.068	Tributos e Contribuições Sociais	58.873.919	3.940.281
Devedores Diversos	17.578.839	627.149	Empréstimos e Financiamentos	6.604.462	266.866
Outros	29.999.273	1.950.383	Encargos de Dívidas	61.858	4.848
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.983.975)	(31.223)	Obrigações Estimadas	63.884.214	5.118.862
Almoxarifado	10.165.177	871.610	Credores Diversos	114.710.498	6.926.038
Títulos e Valores Mobiliários	2.757	23.962	Outras	18.193.879	6.057.484
	226.095.872	18.538.949		818.230.144	45.666.658
Despesas Pagas Antecipadamente	22.628.703	1.883.307	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
	296.167.421	21.391.662	Obrigações Estimadas	110.802.286	9.812.470
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Empréstimos e Financiamentos	31.230.734	11.107.475
Créditos, Valores e Bens Realizáveis			FGTS/Conta-Empresa	424.639	19.716
Financiamentos Repassados	12.100	2.788	Outras	42.169.332	8.787.884
Cauções e Depósitos Vinculados	3.188.116	490.842		184.626.991	29.727.545
FGTS/Conta - Empresa	424.639	19.716	Obrigações Especiais	168.317.513	20.880.303
	3.624.855	513.346		352.944.504	50.607.848
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital Realiz. Atualizado	997.381.774	79.022.663
PERMANENTE			Reservas de Capital	1.296.583.788	103.403.107
Investimentos			Reservas de Lucros	632.309.048	46.026.362
Participações Societárias Permanentes	977.212	77.851	Lucros Acumulados	- 0 -	10.652.212
				2.926.274.610	239.104.344
Bens e Direitos para Uso Futuro no Serviço Concedido	94.079	899.975	Recursos Destinados a Aumento de Capital	110.436.849	674.991
	1.071.291	977.826		3.036.711.459	239.779.335
Imobilizado					
Em Serviço					
Intangíveis	895.837	71.848			
Terrenos	85.561.407	6.959.821			
Reservatórios, Barragens e Adutoras	21.303.923	1.732.925			
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	412.795.497	33.098.546			
Máquinas e Equipamentos	4.293.757.521	310.236.620			
Veículos	65.759.013	5.315.113			
Móveis e Utensílios	52.023.643	4.178.972			
(-) Depreciação Acumulada	(1.585.947.191)	(102.073.573)			
	3.346.149.650	259.520.272			
Em Curso	332.625.249	37.340.672			
	3.678.774.899	296.860.944			
Diferido					
Despesa de Remuneração das Imobilizações em Curso	254.134.789	17.795.878			
Amortizações Acumuladas	(25.887.148)	(1.485.815)			
	228.247.641	16.310.063			
	3.908.093.831	314.148.833			
TOTAL GERAL	4.207.886.107	336.053.841	TOTAL GERAL	4.207.886.107	336.053.841

AS NOTAS EXPLICATIVAS FAZEM PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CEB Companhia de Eletricidade de Brasília

CGC - 00 . 070 . 698/0001 - 11

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE CRUZEIROS

	1992	1991
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de Energia Elétrica	792.329.717	66.122.359
ICMS - Sobre Energia Elétrica	(125.880.742)	(10.182.849)
Suprimento de Energia Elétrica	1.467.694	214.425
Outras Receitas	44.020.857	5.386.800
	711.937.526	61.540.735
Deduções à Receita Operacional		
Quota para Conta Consumo de Combustível	(16.794.211)	(337.752)
Receita Operacional Líquida	695.143.315	61.202.983
DESPESA OPERACIONAL		
Pessoal	184.111.437	17.536.546
Material	7.161.398	647.719
Serviço de Terceiro	56.149.855	4.555.829
Energia Elétrica Comprada para Revenda	381.157.299	28.965.342
Depreciação e Amortização	78.682.684	6.131.198
Outras Despesas	106.639.646	8.710.424
	(813.902.319)	(66.547.058)
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	(623.590.774)	(34.421.511)
Resultado Operacional	(742.349.778)	(39.765.586)
RECEITA NÃO OPERACIONAL	83.902.977	294.170
DESPESA NÃO OPERACIONAL	(11.471.049)	(693.893)
Resultado não Operacional	72.431.928	(399.723)
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		
Correção Monetária do Balanço	773.277.259	49.983.127
Variações Monetárias Vinculadas ao Ativo Permanente	(153.155.406)	(16.557.228)
	620.121.853	33.425.899
Resultado do Exercício antes do Imposto de Renda	(49.795.997)	(6.739.410)
PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA	(1.019.152)	(4.241)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(50.815.149)	(6.743.651)

AS NOTAS EXPLICATIVAS FAZEM PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE CRUZEIROS

	1992	1991
ORIGENS DOS RECURSOS		
Dos Acionistas		
Recursos Destinados a Aumento de Capital	22.118.859	1.256.958
Remuneração de Bens e Direitos com Capital Próprio	7.660.588	681.393
	29.779.447	1.938.351
De Terceiros		
Novos Financiamentos a Longo Prazo	- 0 -	4.500.000
Contribuição do Consumidor	14.700.976	886.141
Desativações Líquidas	10.997.816	2.750.544
	25.698.792	8.136.685
TOTAL DAS ORIGENS	55.478.239	10.075.036
APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
Das Operações		
Prejuízo Líquido do Exercício	50.815.149	6.743.65
Despesas (Receitas) que não afetam o Capital Circulante		
Depreciação/Amortização	(78.682.684)	(6.131.196
Variação Monetária e Cambial de Longo Prazo	(310.814.964)	(39.549.933)
Correção Monetária do Balanço	773.277.259	49.983.127
	434.594.760	11.045.649
Dividendos Propostos	1.937.643	- 0 -
Aquisições do Imobilizado	77.853.208	14.335.872
Aumento do Realizável a Longo Prazo	164.796	58.949
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Circulante	6.337.596	4.926.694
Ingresso no Ativo Diferido	11.521.614	681.393
Aquisições de Investimento	18.300	- 0 -
Redução do Passivo Exigível a Longo Prazo	19.788.403	- 0 -
Ajustes do Exercício Anterior	1.049.646	- 0 -
TOTAL DAS APLICAÇÕES	553.265.966	31.048.557
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(497.787.727)	(20.973.521)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo Circulante		
No Início do Exercício	21.391.662	3.850.041
No Fim do Exercício	296.167.421	21.391.662
	274.775.759	17.541.621
Passivo Circulante		
No Início do Exercício	45.666.658	7.151.516
No Fim do Exercício	818.230.144	45.666.658
	772.563.486	38.515.142
	(497.787.727)	(20.973.521)

AS NOTAS EXPLICATIVAS FAZEM PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE CRUZEIROS

Discriminação	Capital Realizado Atualizado		Capital Corrigido	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Recursos Lucros Acumulados	Subtotal	Destinados a Aumento de Capital	Total
	Capital Social	Correção Monetária							
SALDOS EM 31.12.90	684.000	5.778.821	6.462.821	868.874	3.974.384	-0-	11.306.079	902.528	12.208.607
Correção Monetária Lei nº 8.200/91		6.492.787	6.492.787	622.171	4.080.997	30.232	11.226.187	117.018	11.343.205
Efeito Líquido Lei nº 8.200/91				19.525.421		2.926.632	22.452.053		22.452.053
Aumento do Capital Social - A.G.O./A.G.E. Com Reservas	5.796.000	(5.778.821)	17.179		(17.179)				
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio				681.393			681.393		681.393
Recursos Destinados a Aumento de Capital	1.256.958		1.256.958				1.256.958	(902.528)	354.430
Correção Monetária		64.792.918	64.792.918	81.705.248	38.328.107	14.099.052	198.925.325	557.973	199.483.298
Realização de Reservas de Lucros					(339.947)	339.947			
Prejuízo Líquido do Exercício						(6.743.651)	(6.743.651)		(6.743.651)
SALDOS EM 31.12.91	7.736.958	71.285.705	79.022.663	103.403.107	46.026.362	10.652.212	239.104.344	674.991	239.779.335
Ajuste de Exercício Anterior						(1.049.646)	(1.049.646)		(1.049.646)
Apropriação de Lucros Acumulados					9.602.566	(9.602.566)			
Aumento Capital Social -A.G.O./A.G.E Com Reservas	71.065.392	(71.065.392)						(674.991)	(674.991)
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio				7.660.588			7.660.588		7.660.588
Recursos Destinados a Aumento de Capital	3.716.790		3.716.790				3.716.790	19.077.060	22.793.850
Correção Monetária		914.642.321	914.642.321	1.185.520.093	629.432.912		2.729.595.326	91.359.789	2.820.955.115
Prejuízo Líquido Exercício						(50.815.149)	(50.815.149)		(50.815.149)
Absor. do Prej. Prop. à A.G.O:									
-Realiz. de Reserv. de Lucros					(4.327.494)	4.327.494			
-Reservas de Lucros					(46.487.655)	46.487.655			
Dividendos Propostos					(1.937.643)		(1.937.643)		(1.937.643)
SALDOS EM 31.12.92	82.519.140	914.862.634	997.381.774	1.296.583.788	632.309.048	- 0 -	2.926.274.610	110.436.849	3.036.711.459

AS NOTAS EXPLICATIVAS FAZEM PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CEB Companhia de Eletricidade de Brasília

CGC - 00 . 070 . 698/0001 - 11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, cuja criação foi autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, é uma sociedade de economia mista, fazendo parte do complexo do Governo do Distrito Federal, regida pela Legislação Federal sobre Energia Elétrica e Legislação aplicável às Sociedades por Ações.

A CEB tem, como atividade principal, a exploração dos serviços de energia elétrica em toda a área do Distrito Federal, que corresponde a 5.814 km², realizando estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica.

Neste exercício, com o acréscimo de 18.124 novas ligações, a Companhia passou a atender a 384.765 consumidores em sua área de concessão.

NOTA 2 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

I) Demonstrações Contábeis

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e consoante as práticas contábeis descritas a seguir:

a) Ativos circulante e realizável a longo prazo

- Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço.

- A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base na estimativa das eventuais perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos vencidos.

- Os materiais em estoque no almoxarifado estão registrados ao custo médio.

b) Permanente

- A correção monetária foi efetuada com base na UFIR diária, conforme determina o Art. 48 da Lei nº 8.383, de 30-12-91.

- As participações societárias permanentes estão registradas ao custo corrigido.

- O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente. A depreciação é calculada pelo método linear, debitada parte ao resultado do exercício e parte ao custo das ordens em curso, em função da utilização dos bens.

- A despesa de remuneração das imobilizações em curso, configurada no ativo diferido, é amortizada à taxa de 4% ao ano, a partir do mês em que a obra correspondente é concluída e/ou posta em serviço. A remuneração das imobilizações em curso é calculada, nos termos da legislação vigente, à taxa de 10% ao ano sobre os recursos próprios e de terceiros. A parcela correspondente ao capital próprio é creditada a uma reserva de capital, enquanto a relativa ao capital de terceiros é creditada ao crédito financeiro.

c) Passivos circulante e exigível a longo prazo

- São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

d) Patrimônio líquido

- O patrimônio líquido corrigido é monetariamente pelos mesmos índices de correção do ativo permanente. A Reserva de Lucros a Realizar é constituída por apropriação de partes dos lucros apurados nos exercícios, decorrentes do saldo credor da correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido, conforme facultado pela Lei das Sociedades por Ações. Os lucros a realizar apropriados à reserva, em exercícios anteriores, estão sendo revertidos a lucros acumulados, proporcionalmente às baixas, à depreciação e à amortização do ativo permanente.

e) Resultado do exercício

- O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios, e inclui o efeito da correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido.

II) Impostos

a) O imposto incidente sobre o lucro inflacionário acumulado, não realizado até 31.12.88, é calculado à alíquota de 6% (Art. 28 da Lei nº 7.730, de 31.01.89). O imposto incidente sobre o lucro inflacionário, a partir do ano de 1989, é calculado pela alíquota de 30%. Segundo a legislação em vigor, essas parcelas estão registradas no exigível a longo prazo - obrigações estimadas.

b) A Provisão para o Imposto de Renda correspondente ao saldo credor de correção monetária, em função da diferença verificada no período-base de 1990, entre a variação do IPC e do BTNF, foi calculada à alíquota de 30%. Segundo a legislação em vigor, essa parcela está registrada no exigível a longo prazo - obrigações estimadas.

NOTA 3 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA FATURADA POR CLASSE

CLASSES	1992			1991		
	Nº de Consumidores	MWH	Cr$ 1.000	Nº de Consumidores	MWH	Cr$ 1.000
FORNECIMENTO						
Residencial	335.068	840.865	285.637.249	319.196	825.268	24.100.943
Industrial	1.821	177.508	40.573.375	1.780	185.340	3.409.253
Comercial	42.370	523.684	169.591.907	39.880	515.612	14.853.914
Rural	3.496	38.695	10.001.176	3.373	42.134	749.475
Poder Público	1.890	286.985	99.641.836	2.290	892.105	8.347.140
Iluminação Pública	12	162.725	36.116.228	12	152.278	2.424.145
Serviço Público	60	150.706	22.488.708	63	143.550	1.862.865
Consumo Próprio	48	5.958	2.398.496	47	3.835	191.775
Subtotal	384.765	2.187.126	666.448.975	366.641	2.760.122	55.939.510
Suprimento	1	9.909	1.467.694	1	10.515	214.425
TOTAL	384.766	2.197.035	667.916.669	366.642	2.770.637	56.153.935

NOTA 4 - IMOBILIZADO

Está demonstrado no balanço patrimonial, de acordo com sua natureza. A sua composição, em função das atividades operacionais, é a seguinte:

RUBRICAS	Cr$ Mil		Taxas anuais de depreciação
	31.12.92	31.12.91	%
IMOBILIZADO EM SERVIÇO			
Geração hidráulica	82.992.830	6.743.844	3
Geração térmica	68.029.009	5.499.512	5
Redes de distribuição	2.484.549.154	168.456.999	4
Sistemas de transmissão	1.510.981.593	120.207.256	3
Outros	784.648.419	60.614.386	3
	4.931.201.005	361.521.997	
Depreciação e amortização acumuladas	(1.585.947.191)	(102.073.573)	
	3.345.253.814	259.448.424	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO			
Redes de distribuição	95.979.246	9.264.646	
Sistemas de transmissão	52.963.024	997.849	
Outros	183.682.979	27.078.177	
	332.625.249	37.340.672	

NOTA 5 - DIFERIDO

RUBRICAS	Cr$ Mil		Taxas anuais de amortização
	31.12.92	31.12.91	%
A) Vinculado ao imobilizado			
. Em fase de amortização:			
- Despesa de remuneração das imobilizações em curso	191.582.705	14.924.841	4
- (-) Amortização	(25.887.148)	(1.485.815)	
	165.695.557	13.439.026	
. Em formação:			
- Despesa de remuneração das imobilizações em curso	62.552.084	2.871.037	
	228.247.641	16.310.063	

CEB Companhia de Eletricidade de Brasília

CGC - 00 . 070 . 698/0001 - 11

NOTA 6 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e em moeda nacional, cujo vencimento final ocorrerá no ano 2.016, pode ser demonstrada como segue:

ENTIDADES	Saldos em 31/12/91	INGRESSO		Amortização	Saldos em 31/12/92	Circulante	Longo prazo
		Por variação da moeda	Por juros				
MOEDA NACIONAL:							
Eletrobrás	1.294.322	15.493.513	22.831	350.732	16.459.934	933.065	15.526.869
B.N.H. - C.E.F.	1.193.734	12.292.915	0	586.590	12.900.059	2.272.452	10.627.607
F A C E B	8.145.453	61.675.431	2.416.778	72.237.662	0	0	0
Banco do Brasil S/A	5.326	47.785	0	1.408	51.703	29.545	22.158
F I N E P	4.554	4.247	0	8.801	0	0	0
MOEDA ESTRANGEIRA:							
CITIBANK N.A. - US$	730.952	7.705.617	0	13.069	8.423.500	3.369.400	5.054.100
T O T A L	11.374.341	97.219.508	2.439.609	73.198.262	37.835.196	6.604.462	31.230.734

NOTA 7 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Cr$ Mil

	31.12.92	31.12.91
Contribuição do consumidor	168.317.513	20.880.303
	168.317.513	20.880.303

As contribuições do consumidor referem-se aos recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Em virtude de sua natureza, essas contas não representam obrigações financeiras efetivas e, dessa forma, não devem ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros.

NOTA 8 - CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

O Capital Social está assim distribuído:

Quantidade de ações

	31.12.92	31.12.91
Ações Ordinárias	1.913.415.379	1.892.961.111
Ações Preferenciais	587.164.616	494.988.889
	2.500.579.995	2.387.950.000

A distribuição de dividendos para os acionistas portadores de ações preferenciais, foi provisionada na base de 10% (dez por cento) por ação do Capital Social, no valor de Cr$ 33,00 (trinta e três cruzeiros) cada uma e foram apropriadas à conta de reservas de lucros, no montante de Cr$ 1.937.643 mil.

Composição das reservas de capital e de lucros:

Cr$ Mil

	31.12.92	31.12.91
Reservas de Capital		
. Correção monetária do capital	914.862.634	71.285.705
. Remuneração de bens e direitos constit. c/capital próprio	166.875.431	11.509.250
. Reserva especial (Art. 2º da Lei nº 8200/91)	1.129.708.356	91.893.858
Reservas de Lucros		
. Legal	57.868.464	4.707.194
. Lucros a realizar	306.113.454	25.252.195
. Outras	268.327.130	16.066.973
	2.843.755.469	220.715.175

NOTA 9 - RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Cr$ Mil

	31.12.92	31.12.91
Receitas Financeiras		
. Renda de aplicações financeiras	38.248.269	337.068
. Acréscimos moratórios	14.331.615	1.657.914
. Variações monetárias	23.918.097	361.618
. Remuneração de bens e direitos	3.961.239	96.114
. Outras receitas	376.373	69.860
	80.835.593	2.522.574
Despesas Financeiras		
. Juros, comissões e taxas	3.004.713	873.384
. Variações monetárias	331.855.204	32.076.931
. Variações cambiais	175.833.511	632.067
. Acréscimos moratórios	191.084.997	1.685.194
Outras despesas financeiras	2.647.942	1.676.509
	(704.426.367)	(36.944.085)
	(623.590.774)	(34.421.511)

NOTA 10 - CONTA DE RESULTADOS A COMPENSAR

Computada a insuficiência de remuneração do exercício que foi calculada com base na taxa mínima de 10%, conforme estabelece o Decreto-Lei nº 2.432/88, o saldo dessa conta, sujeito a revisão e aprovação pelo DNAEE é de Cr$ 545.467.948 mil, assim composto:

Cr$ Mil

	31.12.92	31.12.91
. Saldo inicial	35.544.401	3.345.513
. Correção monetária	285.854.884	27.657.675
. Insuficiência apurada no exercício	545.467.948	2.791.476
. Correção Monetária Complementar	21.510.105	1.749.737
	888.377.338	35.544.401

NOTA 11 - EVENTOS SUBSEQÜENTES

A) Em fevereiro de 1993, foi votado e aprovado pelo Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 3.497, que altera a legislação do Serviço Público de Energia Elétrica, eliminando a equalização tarifária, extinguindo o regime de remuneração garantida, a Conta de Resultados a Compensar - CRC e a Reserva Nacional de Compensação e Remuneração - RENCOR, além de promover acerto geral de contas com créditos de CRC dos concessionários.

Na CEB, o efeito mais relevante nas próximas demonstrações contábeis será o pagamento à Furnas Centrais Elétricas S/A, mediante encontro de contas com os créditos acumulados de nossa CRC (Vide Nota 10), das dívidas de suprimento de energia elétrica vencidas até 31/12/92, no valor aproximado de Cr$ 417.149.879 mil.

B) Em 11/02/93 foi editada a Medida Provisória nº 312, que entre outras providências, revogou a Lei nº 8.200 de 28/06/91, que havia instituído a correção monetária complementar e especial sobre as demonstrações contábeis, gerando efeitos contábeis e fiscais. Até a preparação destas demonstrações, não era conhecido o desfecho da apreciação da medida provisória pelo Congresso Nacional, bem como, por conseqüência os eventuais reflexos nas demonstrações contábeis que poderão advir da sua posterior regulamentação.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 1992

JOSÉ GERALDO MACIEL
Diretor-Presidente

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE
Diretor de Distribuição

ANTONIO DE PÁDUA LOURES PEREIRA
Diretor de Operação

HERBERT DE ASSIS GONÇALVES
Diretor Administrativo-Financeiro

JOSÉ EDUARDO DUQUE MOREIRA
Contador - CRC-DF 00.1563/0-1

CEB Companhia de Eletricidade de Brasília

CGC - 00 . 070 . 698/0001 - 11

PARECER DOS AUDITORES

Ao
Conselho de Administração e Acionistas
Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB em 31 de dezembro de 1992 e 1991 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da empresa; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB em 31 de dezembro de 1992 e 1991 o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.
4. A Companhia elaborou suas demonstrações contábeis considerando as práticas contábeis e fiscais vigentes em 31 de dezembro de 1992, não efetuando quaisquer ajustes ou retificações que poderão advir com sanção do Projeto de Lei nº. 3.497, votado e aprovado pelo Congresso Nacional em fevereiro de 1993, que alterou significativamente a legislação do Serviço Público de Energia Elétrica (Nota 11. a), e caso a Medida Provisória nº. 312 de 11 de fevereiro de 1993, que revogou a Lei 8.200/91, venha a ser aprovada pelo Congresso Nacional (Nota 11. b).

Brasília, 19 de fevereiro de 1993

PELEGRINI & RODRIGUES S/C - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC DF - 360
José Geraldo Pelegrini Melo
Contador CRC MG 34.466 "T" DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Eletricidade de Brasília-CEB, examinando o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 1992 e as respectivas demonstrações contábeis previstas no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, encontrou todos os elementos corretos e em ordem, sendo de parecer que os mesmos podem ser submetidos à aprovação da Assembléia-Geral dos Acionistas.

Brasília, 01 de março de 1993

MARIA APARECIDA COELHO ARAÚJO
ELZA GUIMARÃES NABUT
JOSÉ CARLOS SILVA DE MEIRA MATTOS
EUGENIA DE MORAES AGUIAR
CARLA FRANCO LIMA AMORIM

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CEB

O Conselho de Administração da Companhia de Eletricidade de Brasília -CEB, no uso de suas atribuições estatutárias, conheceu do relatório anual sobre os negócios sociais da empresa, das demonstrações contábeis e respectivos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, assim como das propostas de correção anual de expressão monetária do capital e de distribuição dos resultados auferidos, referentes ao exercício de 1992 e, encontrando-os corretos e em ordem, decide recomendar o encaminhamento dos mesmos à deliberação final da Assembléia-Geral Ordinária dos Acionistas.

Brasília, 12 de março de 1993

JOSÉ GERALDO MACIEL
OSNI BUENO DE FREITAS
SARA KUBITSCHEK
JOÃO NORONHA DA SILVA
SILVIA MARA BRASIL DE SEABRA
MARIA CENY ALMEIDA NEULS

GDF

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF

TERMO DE AJUSTES – TAJ | TERMO DE COMPROMISSO 04/93-FEDF

PARTES
I) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF – CESSIONÁRIA
II) MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASILIA – CEDENTE –

PROCESSO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA ATÉ	VALOR Cz$
082.007133/89	30/03/93	31/12/93	

ESPÉCIE | LICITAÇÃO

OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

Ocupação por parte da Cessionária, sem ônus para a mesma, de um prédio com 04 (quatro) salas de aula, 01 (uma) sala para a diretoria, 01 (uma) sala para a secretaria, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) dispensa e 04 (quatro) banheiros, situado na zona rural denominada Nova Betânia, em terreno de propriedade da Mitra Arquidiocesana de Brasília, para o funcionamento do Centro de Ensino Nova Betânia, com 09 (nove) turmas , em 02 (dois) turnos, matutino e vespertino.

VALOR POR EXTENSO

DADOS SOBRE A DESPESA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE | TAXA DE ADM. %

ELEMENTO DE DESPESA | FONTE DE RECURSOS

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO	VALOR Cz$	NÚMERO	VALOR Cz$

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E/OU INTERVENIENTES

I)	II)
MARCO ANTONIO DE MORAES	DOM JOSÉ FREIRE FALCÃO
Diretor Executivo	Cardeal-Arcebispo de Brasília

TESTEMUNHAS

SANDRA JOANINA VIANNA BRAGA	SILVIA FRANÇA MAGALHÃES

COM DA SCI 1-1

PUBLICAÇÃO: FEDF

DISTRITO FEDERAL

01 VIGÉSIMO SEGUNDO ADITIVO AO

02 TERMO DE CONVÊNIO Nº 035/91

CONVENENTES

1º DISTRITO FEDERAL – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMATEC
SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA – SLU

03 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

	PROCESSO		DATA ASSINATURA		VIGÊNCIA ATE		VALOR CR$
04	112.003.652/91	05	31.03.93	06	30.04.93	07	10.700.000.000,00

08 ALTERAÇÃO

Por este Termo, fica aditado com o fim de suplementar recursos no valor de Cr$ 10.700.000.000,00 (dez bilhões e setecentos milhões de cruzeiros), ao Convênio nº 035/91, celebrado entre o DISTRITO FEDERAL, através da SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMATEC, e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP, com a interveniência do SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA – SLU, perfazendo o supracitado Convênio o total global de Cr$ ..... 58.607.670.951,85 (cinquenta e oito bilhões, seiscentos e sete milhões seiscentos e setenta mil, novecentos e cinquenta e um cruzeiros e oitenta e cinco centavos), objetivando a execução dos serviços de limpeza de vias e logradouros públicos do Distrito Federal, compreendendo: 1.1 – Remoção de entulho; 1.2 – Remoção de lixo; 1.3 – Remoção de detritos diversos; 1.4 – Pintura de meios-fios; 1.5 – Cata papel em áreas ajardinadas; 1.6 – Lavagem de abrigos de ônibus; 1.7 – Capina de sarjetas; 1.8 – Contratação de recursos humanos; 1.9 – Máquinas, equipamentos e transporte.

09 VALOR POR EXTENSO: DEZ BILHÕES E SETECENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS .....

DADOS SOBRE A DESPESA

10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA – SLU

11 PROJETO/ATIVIDADE: 2.054 – LIMPEZA DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS | 12 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO-%: –

13 ELEMENTO DE DESPESA: 3490:39 – 94 | 14 FONTE DE RECURSOS: 00

NOTA DE EMPENHO

	NUMERO		VALOR CR$		NUMERO		VALOR CR$
15		16	10.700.000.000,00	17	–	18	–
19	–	20	–	21	–	22	–

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVENENTES

23 DISTRITO FEDERAL
PAULO CEZAR TIMM LUIZ ANTONIO PERES FLORES
Delegação de competência contida no Decreto nº 14.554/92.

24 2º CONVENENTE
NEWTON DE CASTRO CLARINDO CARLOS DA ROCHA
Aprovada pela Diretoria em sua Sessão, realizada em:

TESTEMUNHAS

25	ANTONIO AUGUSTO ARAÚJO PIRES	26	MARIA INÊZ DOS SANTOS PINTO

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 06/93-PJ-FHDF. CONTRATANTES: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL e a firma STARTEC CIENTÍFICA LTDA. OBJETO: Manutenção preventiva mensal e corretiva aos sistemas de tratamento de água para hemodiálise, marca Permution, instalados no Hospital de Base do Distrito Federal e no Hospital Regional de Sobradinho. VALOR: Mensal de Cr$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros), reajustado de acordo com a Portaria Conjunta SEPLAN/SEF nº 087/91. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Atividade: 2.090.0001 — Funcionamento da Fundação Hospitalar. Elemento de Despesa: 3.4.9.0.39 — Outros Serviços de Terceiros. N.E. nº 570/93. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal. DESPESA DE PUBLICAÇÃO: FUNDAÇÃO. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigível, com base no artigo 30, inciso II do Decreto nº 10.996/88 — GDF — Processo nº 061.023407/92-FHDF. DATA DE ASSINATURA: 01 de abril de 1993. PELA FUNDAÇÃO: CARLOS CORRÊA DE MENEZES SANT'ANNA. PELA CONTRATADA: JOSÉ VITOR DIAS NETO. TESTEMUNHAS: Francisco Gilson Pinheiro e Ivanilda de Moura Leal.

FRANCISCO GILSON PINHEIRO

Seção de Contratos e Convênios/FHDF

Chefe

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA AVISO

EDITAL Nº 001/93 RA-III — CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS E EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES NOS TERMINAIS RODOVIÁRIOS, SITUADOS NOS SETORES: "L" NORTE E "F" SUL, DE TAGUATINGA, BEM COMO LANCHONETE NO GINÁSIO DE ESPORTE (SEREJINHO) E ESTÁDIO DE FUTEBOL (SEREJÃO), SITUADOS NO SETOR "L" NORTE DE TAGUATINGA.
DATA:30/04/93
HORÁRIO: 15:00 HORAS
A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA, torna público para conhecimento dos interessados, que na data e horário indicados, no Auditório do Edifício Sede desta Administração, situados à Área especial nº 01 (Praça do Relógio) Setor Central, reunir-se-á a Comissão Julgadora a fim de receber propostas de interessados a ocupação de logradouros públicos, objeto do presente Edital.
Cópias do Edital poderão ser obtidas na Divisão de Administração Geral da Administração Regional de Taguatinga, no horário de 13:00 às 19:00 horas.

Taguatinga-DF, 11 de março de 1993

CÉLIO GOMES DE AGUIAR
Diretor da DAG/RA-III

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COMISSÃO DE LICITAÇÃO AVISO

EDITAL Nº 09/93-CL-SEA TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO — SISTEMA GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS RELACIONAL / para ambiente Operacional DIGIREDE XQ4, S.O. DIGIX System V
CLASSE 9736
Data — 22.04.93 às 15:00h

EDITAL Nº 10/93-CL-SEA TOMADA DE PREÇOS PARA VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA VEÉÍCULOS
CLASSE 7102
Data — 20.04.93 às 15:00h

O Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria de Administração do Distrito Federal, torna público que na data e horário acima indicados, na sala de reuniões situada no 7º andar do Ed. Anexo do Palácio do Buriti, nesta Capital, reunir-se-á a referida Comissão a fim de receber documentação e proposta de interessados no fornecimento dos materiais de que trata os Editais epigrafados.

Cópia dos Editais poderão ser obtidas no Serviço de Registro cadastral de habilitação de Firmas, sala 714, 7º andar do Edifício acima citado, no horário de 13h às 18h30min.

Brasília, 02 de abril de 1993

ELIAS ONOFRE RIBEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE TÉCNICO DE ATIVIDADES RODOVIÁRIAS — ÁREA TECNOLOGIA RODOVIÁRIA — ESPECIALIDADE V EDITAL Nº 049/93 — IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — IDR, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto na Lei nº 068 de 22/12/89, no Decreto nº 12.192 de 07/02/90 e na legislação vigente, aplicável à espécie, torna público que estarão abertas as inscrições ao Concurso Público para o Padrão I, 3ª Classe do Cargo de Técnico de Atividades Rodoviárias — Área Tecnologia Rodoviária, Especialidade V, da Carreira Atividades Rodoviárias, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal/DER-DF, destinado à ascensão e ao provimento de vagas, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

1. DA CLIENTELA

1.1 — Poderão concorrer ao Concurso de que trata este Edital:
a) servidores ocupantes do Cargo de Auxiliar de Atividades Rodoviárias do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, concorrentes à Ascensão a que se refere o art. 8º da Lei nº 068, de 22/12/89;
b) demais pessoas interessadas.

2. DAS VAGAS

2.1 — Os candidatos aprovados no Concurso concorrerão ao provimento de 40 vagas, assim distribuídas:
a) 1/3 para a clientela concorrente à ascensão;
b) 2/3 para a clientela externa.
2.1.1 — Somente poderão concorrer à ascensão Funcional os servidores do DER/DF que estiverem localizados no último padrão da classe única do cargo de Auxiliar de Atividades Rodoviárias.
2.1.2 — As vagas a que se refere o item 2.1 letra "a" que não forem preenchidas, serão, automaticamente, destinadas aos candidatos aprovados no Concurso, integrantes da clientela externa.
2.2 — É reservado o número proporcional de vagas, de acordo com o estabelecido na Lei nº 160/91 do Distrito Federal, aos portadores de deficiência.
2.3 — No caso de inexistência de candidatos portadores de deficiência ou no caso de reprovação destes, as vagas que lhes foram reservadas serão preenchidas pelos demais concursados, obedecendo-se à ordem classificatória.

3. DA DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

3.1 — ÁREA: Tecnologia Rodoviária
Especialidade V: Operador de Máquinas
Atividades de nível médio de natureza repetitiva, sob orientação e supervisão, relacionadas com serviços de operação de microtratores, tratores de pneus de médio porte, tratores de esteira, motoniveladoras e escavadeiras, pás carregadeiras, rolos compactadores e outros equipamentos congêneres.

4. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO E DA SUA COMPROVAÇÃO

4.1 — São requisitos para participação no Concurso:
I — ser brasileiro, admitida a inscrição de português com igualdade de direitos com os brasileiros, de acordo com a legislação específica em vigor;
II — ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
III — possuir comprovante de escolaridade correspondente à 4ª série do ensino de 1º grau;
IV — estar em dia com:
a) as obrigações eleitorais;
b) o serviço militar, se do sexo masculino;
V — ter boa saúde física e mental;
VI — atender, além dos requisitos específicos, às demais exigências constantes deste Edital.
4.2 — O documento que comprova o atendimento ao requisito a que se refere o item 4.1, inciso I será exigido no ato da inscrição.
4.3 — A comprovação dos requisitos de que trata o item 4.1,incisos II,III, IV, V, VI (requisitos para investidura no cargo), deverão ser apresentados por ocasião da convocação e como condição para posse.
4.4 — A falta de comprovação de quaisquer dos requisitos constantes do item 4.1 acarretará o cancelamento da inscrição e perda dos direitos decorrentes, ficando o candidato excluído do Concurso.

5. DA INSCRIÇÃO

Período: 12.04.93 a 16.04.93
Horário: 13 às 17 horas
Local: Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos — IDR, Setor de Garagens Oficiais — Área Especial nº 1 Brasília/DF.
5.1 — No ato da inscição o candidato deverá:
I — entregar comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, no valor de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) a ser recolhida pelo BRB — Banco de Brasília S/A, conta nº 800.391-6, Agência 212, no Posto localizado no Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos — IDR. Ficam dispensados da referida taxa os servidores concorrentes à ascensão:
II — preencher ficha de inscrição;
III — apresentar documento oficial de identidade;
IV — fornecer Declaração Funcional, expedida pelo Setor de Pessoal, contendo, entre outras informações, o número da matrícula, o cargo,

padrão e classe que ocupa, data de admissão e tempo de efetivo exercício prestado ao DER-DF, quando se tratar de candidato concorrente à ascensão;
V — os candidatos portadores de deficiência devem entregar, no ato da inscrição, documento comprobatório do tipo de deficiência que possuem;
VI — receber o CARTÃO DE INSCRIÇÃO, devidamente numerado bem como o Manual de Instrução.
5.2 — Antes e efetuar o recolhimento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a participação no Concurso.
5.3 — A inscrição em desacordo com este Edital será anulada em qualquer época do Concurso, importará na eliminação sumária do candidato, na exclusão do seu nome da relação dos aprovados e na perda de todos os direitos decorrentes, mesmo que já tenha ocorrido a homologação do Resultado Final.
5.4 — A inscrição implica conhecimento e aceitação por parte do candidato das condições estabelecidas neste Edital.

6. DO PROCESSO SELETIVO
6.1 — O Processo Seletivo constará das seguintes etapas:
a) ETAPA I — Prova Prática de Conhecimentos Específicos
b) ETAPA II — Curso de Formação
6.2 — ETAPA I — Prova Prática, de caráter eliminatório, abrangendo Conhecimentos Específicos relativos às atribuições da área/especialidade, valendo 100 (cem) pontos.
6.2.1 — Será considerado habilitado o candidato que obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) do total de pontos atribuídos à Prova.
6.2.2 — Na Prova Prática o candidato deverá:
a) operar um dos equipamentos abaixo discriminados:
1. Trator de Esteira
2. Moto-Niveladora
3. Pá Mecânica
b) demonstrar conhecimento sobre o funcionamento e utilização dos equipamentos.
6.2.3 — A prova será realizada em data, horário e local a ser estabelecido em cronograma a ser entregue no ato da inscrição.
6.2.4 — O candidato deverá comparecer ao local de realização da Prova, 30 (trinta) minutos antes do horário estabelecido para o início da mesma, munido do Cartão de Inscrição e de um documento oficial de identidade, contendo fotografia.
6.2.5 — Após a hora fixada para o início da Prova, não se admitirá o ingresso de qualquer candidato ao local de realização da mesma.
6.2.6 — Não haverá segunda chamada para a Prova Prática.
6.2.7 — O não comparecimento do candidato à Prova acarretará a sua eliminação do Concurso.
6.2.8 — Após a correção da Prova Prática será afixada, no Quadro de Avisos do IDR, a relação dos candidatos habilitados na Etapa I, com o total de pontos obtidos nesta Etapa.
6.2.9 — Os candidatos habilitados na Etapa I serão classificados obedecendo-se à ordem decrescente dos pontos obtidos nesta Etapa.
6.2.10 — Ocorrendo empate, que será verificado até o cálculo da segunda casa decimal, terá melhor classificação, o candidato que for mais idoso.
6.3 — ETAPA II — Constará de Curso de Formação, de caráter classificatório e eliminatório.
6.3.1 — Os candidatos habilitados na Etapa I, serão convocados para participar do Curso de Formação, em data prevista no cronograma a ser entregue no ato da aplicação da prova prática, respeitado o limite de vagas previsto neste Edital.
6.3.2 — Poderão ser chamados para participar do Curso de Formação, os demais candidatos habilitados, a critério da Administração, cuja classificação será divulgada em listagem distinta, com integrantes de 2ª Turma;
6.3.3 — No ato da inscrição o candidato deverá:
I — entregar Declaração Funcional expedida pelo órgão competente, quando se tratar de candidato ocupante, em caráter efetivo, de cargo ou emprego em órgão da Administração do Distrito Federal;
II — preencher ficha própria a ser fornecida pelo IDR.
6.3.4 — Será considerado desistente do Concurso o candidato que deixar de atender à convocação para o Curso de Formação.
6.3.5 — O curso de Formação será realizado pelo IDR, com carga horária total de 38 (trinta e oito) h/a, conforme discriminação a seguir:

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADES	HORAS-AULA
I — Organização do Estado Brasileiro	08/ha
II — Organização Administrativa do Distrito Federal	06h/a
III — Noções de Administração Pública	08h/a
IV — Ética e Responsabilidade Profissional	08h/a
V — Direitos e Deveres do Servidor Público	08h/a
TOTAL	38h/a

6.3.6 — Será eliminado do Curso de Formação e, conseqüentemente, do Concurso o candidato que:
a) não tiver a freqüência mínima de 80% (oitenta por cento) às aulas ministradas;
b) praticar falta grave;
c) revelar conduta incompatível com o exercício do cargo;
d) descumprir as obrigações curriculares e demais normas estabelecidas.
6.3.7 — A prova de Verificação de Aprendizagem versará sobre o conteúdo programático desenvolvido no Curso de Formação e valerá 100 (cem) pontos.
6.3.8 — A data, local e horário de realização da prova serão divulgados posteriormente, através de Aviso.
6.3.9 — Os candidatos deverão comparecer ao local de realização da prova de Verificação de Aprendizagem, 30 (trinta) minutos antes do horário estabelecido para seu início, munidos do Cartão de Inscrição, de um documento oficial de Identidade, contendo fotografia, e de caneta esferográfica azul.
6.3.10 — Não haverá segunda chamada para a prova de Verificação de Aprendizagem.
6.3.11 — Após a correção da Prova de Verificação de Aprendizagem será afixada, no Quadro de Aviso do IDR, a relação dos candidatos, com o total de pontos obtidos, para conhecimento do candidato.
6.3.12 — Durante o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia imediato à data de afixação da relação nominal dos candidatos com o total de pontos obtidos na Prova de Verificação de Aprendizagem, o candidato poderá interpor recurso quanto ao resultado, uma única vez, ao Superintendente do IDR, através de requerimento protocolado na Seção de Documentação e Comunicação Administrativa do IDR.
6.3.13 — Os recursos serão julgados pela Banca Examinadora.
6.3.14 — Não será apreciado o recurso contra matéria preclusa ou que não indique, com precisão, o objeto do pedido e seus fundamentos.
6.3.15 — O recurso apresentado, tempestivamente, terá efeito suspensivo, até que seja conhecida a decisão.
6.3.16 — Não haverá qualquer outro recurso ou pedido de reconsideração da decisão proferida pela Banca Examinadora.

7. DA APROVAÇÃO, DA CLASSIFICAÇÃO E DO RESULTADO FINAL
7.1 — Será considerado aprovado no Concurso o candidato habilitado na etpaa I e classificado na Etapa II, na forma prevista neste Edital.
7.2 — A classificação final dos candidatos aprovados no Concurso será feita em listagens distintas por clientela e obedecerá à ordem decrescente da soma dos pontos obtidos nas Etapas I e II.
7.3 — Ocorrendo empate, em qualquer uma das listagens, que será verificado até o cálculo da segunda casa decimal, terá melhor classificação, sucessivamente, o candidato que,
I — concorrente à ascensão;
a) obtiver maior número de pontos na Etapa II;
b) possuir maior tempo de serviço no DER-DF;
c) for omais idoso.
II — integrante da clientela externa:
a) obtiver maior número de pontos na Etapa II;
b) for o mais idoso.
7.4 — O Resultado Final do Concurso será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

8. DO REGIME JURÍDICO
8.1 — Os candidatos convocados serão submetidos ao regime da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, até que seja aprovada lei específica sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores do Distrito Federal.
9. DA REMUNERAÇÃO E DA JORNADA DE TRABALHO
9.1 — A remuneração mensal será de Cr$ 4.577.008,96 (quatro milhões quinhentos e setenta e sete mil, oito cruzeiros e noventa e seis centavos), correspondente ao vencimento do Padrão I da 3ª Classe do cargo de Técnico de Atividades Rodoviárias, já acrescido de 80% de gratificação de Atividades e 55% de Gratificação de Produtividade Rodoviária.
9.1.1 — A remuneração de que trata o item 9.1 refere-se ao mês de março, do corrente ano.
9.2 — A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do disposto na Lei nº 068, de 22 de dezembro de 1989 e legislação complementar.

10. DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO
10.1 — O prazo de validade do Concurso será de 02 (dois) anos, a contar da data de publicação, no Diário Oficial do Distrito Federal, do Edital de Homologação de Resultado Final do Concurso, sendo prorrogável, uma vez por igual período.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
11.1 — Será excluído do Concurso, em qualquer de suas Etapas, o candidato que:
I — fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
II — agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada de aplicação das provas;
III — comparecer alcoolizado a quaisquer das etapas do certame;
11.2 — Os candidatos habilitados na Etapa I que não forem convocados para a inscrição no Curso de Formação ficarão registrados no Cadastro de Pessoal Concursado—CPC do IDR,podendo, respeitado o prazo de validade do Concurso e, sendo do interesse da Administração, ser convocados para a inscrição na Etapa II, de acordo com a classificação obtida na Etapa I.
11.3 — Os candidatos de que trata o item 1.1, letra "b", aprovados no Concurso, que não forem nomeados, ficarão registrados, por ordem de classificação, no Cadastro de Pessoal Concursado — CPC do IDR, durante o prazo de validade do Concurso.
11.4 — Os candidatos concorrentes à Ascensão,

aprovados no Concurso, que não forem ascendidos, ficarão registrados, por ordem de classificação no DERZ-DF, durante o prazo de validade do Concurso.
11.5 — O direito de ação contra os atos relativos ao Concurso prescreve em 01 (um) ano, a contar da data em que for publicada a homologação do Resultado Final.
11.5.1 — Decorrido o prazo mencionado no item 11.5 e inexistindo ação pendente, as provas e o material inservível serão incinerados.
11.6 — Todos os Avisos referentes a este Concurso serão publicados no Diário Oficial do Distrito Federal.
11.7 — Os casos omissos, neste Edital, serão resolvidos pelo Superintendente do IDR.

Brasília, 02 de abril de 1993

BRUNO ALBANO VIZZOTTO
Superintendente/IDR

SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS Nº 118/93 — Prestação de serviços na área de realização de exames especializados em tomografia Computadorizada e outro.
DATA DE ABERTURA: 22.04.93 às 14:30 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 119/93 — Aquisição de peças e acessórios para máquina SOLNA.
DATA DE ABERTURA: 23.04.93 às 14:30 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 120/93 — Aquisição de braçadeira regulável de 1/2", em aço inox e outros, perfazendo o total de 08 itens.
DATA DE ABERTURA: 23.04.93 às 15:30 horas.

Maiore informações estão contidas no edital a disposição dos interessados, no Ed. Super Center Venâncio 2.000, bloco "B"-60, sala 340, no horário das 07:30 às 13:00 horas, nos dias úteis.

Brasília, 02 de abril de 1993

LEOPOLDO DA SILVA NEVES GADELHA
Presidente — Substituto

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DEx — CPL
Referente: CONCORRÊNCIA Nº 001/93 — FEDF

A Fundação Educacional do Distrito Federal, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que a nova data de abertura da Concorrência nº 001/93 FEDF será 16 de abril de 1993, às 15:00 horas.

O respectivo Edital, encontra-se afixado no Edifício Sede da Fundação Educacional do Distrito Federal — SGAN 607, Projeção "D", sala 219, de 10:00 às 12:00 horas e de 14:30 às 16:30 horas, até o dia 14 de abril de 1993.

Brasília, 30 de março de 1993
LUIZ HENRIQUE ELIAS
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

SECRETARIA DE TRANSPORTE
DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENTREGA DE PROPOSTAS

EDITAL Nº 02/93-DMTU/DF — TOMADA DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE TRANSPORTES PARA DEFINIÇÃO DO PROJETO OPERACIONAL DE INTEGRAÇÃO METRÔ-ÔNIBUS NO DISTRITO FEDERAL, NOVA DATA DE ABERTURA: 22 DE ABRIL DE 1993. QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00h; LOCAL: SCN GALERIA OESTE/NORTE, SALA DE LICITAÇÕES.

O Presidente da Comissão Especial de Licitação para o objeto do Edital nº 02/93-DMTU/DF torna público que, no local, data e horário acima indicados, a mesma reunir-se-á a fim de receber a documentação e as propostas para execução dos serviços objeto da licitação.

O Edital poderá ser obtido no DMTU/DF, no Setor Comercial Norte, Galeria Oeste/Norte, Brasília-DF, em horário comercial, a partir, de 07 de abril de 1993.

Brasília, 02 de abril de 1993.

ENÉAS CLEMENTE
Presidente

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO

EDITAL Nº 027/93-CPL/PMDB — TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEL, DE 98 À 116 HP.

CLASSE: 7102
DATA: 22.04.93 — HORÁRIO: 15:00 HORAS

LOCAL: DAL — SAI/SO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local acima mencionados, reunirá a referida Comissão, a fim de receber propostas de preços para fornecimento do automóvel, objeto desta licitação.

Os interessados em apanhar cópia do Edital, serão atendidos pela Diretoria de Apoio Logístico da PMDF, localizada no SAI/SO, Anexo I do QCG, sala 42, no horário de 14 às 18 horas, de segunda a sexta-feira.

Brasília-DF, 01 de abril de 1993
ANTONIO MARANGON NETO — Cel QOPM
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO REFERENTE À TOMADA DE PREÇO
Nº 029/93 — CPL/SSP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS CÂMARAS FRIGORIFICAS E APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DA SSP/DF DURANTE O ANO DE 1993.

GRUPO: 3 SUB-GRUPO 3.26 — NOVACAP/DF — com especialização em instalação e manutenção em câmaras frigoríficas e condicionadores de ar.

ABERTURA: Dia 26 de abril de 1993 às 10h00min.

TIPO: MENOR PREÇOS

LOCAL: Comissão Permanente de Licitação, 1º andar, Edifício-Sede da SSP-SAIN Bl. A, tel. (061) 321-2740/314-8277 — TELEX 1460 — FAX 314-8314

EDITAL: Cópias dos EDITAIS E ANEXOS, encontram-se à disposição dos interessados, na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação-SSP/DF.

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na Comissão acima citada, nos dias úteis, pessoalmente, ou através dos telefones retrocitados.

Brasília-DF, 01 de abril de 1993.

LÉCIO REIS LOPES DE OLIVEIRA
Presidente da CPL/SSP

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE BRASÍLIA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 022/93

OBJETO: Aquisição de Adesivos para Viaturas, conforme especificações técnicas do Anexo I do Edital.
ABERTURA: 20.04.93 às 9:30 horas.
CAPITAL MÍNIMO EXIGIDO: Cr$ 30.000.000,00
VALOR ESTIMADO: Cr$ 442.006.345,81
VALOR DO EDITAL: Cr$ 100.000,00
RETIRADA DOS EDITAIS: SCPL/GERAD/DR/BSB, no endereço: SBN — Quadra 01, Bloco "A" 4º andar — Ala Sul — Brasília/DF — Fone: 217-2855. Nas SCPL/GERAD/DR RJ e SP, nos endereços: RJ — Av. Presidete Vargas, 3077 — 7º andar — Cidade Nova — Rio de Janeiro/RJ; SP — Rua Mergenthaler nº 500/640 — 13º andar — Vila Leopoldina São Paulo/SP, até 2 (dois) dias úteis da abertura da licitação.
CELSO CARDOSO FILHO/Presidente da CPL/DR/BSB.

SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR NO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os auxiliares de Administração Escolar, empregados da FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO — FAEPE, que sejam associados em pleno gozo de seus direitos sindicais, a comparecerem à ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no auditório maior da MAARA, no dia 06 de abril de 1993 às 10:00 horas em primeira convocação ou às 10:30 em segunda convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Autorização para firmar Acordo Coletivo de Trabalho do período 01.01.93 a 31.12.93; b) Plano de Pagamento do Passivo das Ações ajuizadas e incorporação dos 144% a partir de abril de 1993; c) Autorizar o SAE a firmar acordo nos processos ajuizados; d) Discursão do Plano de Cargos e Salários; e) Assuntos Gerais. A DIRETORIA.

(DAR Cr$ 576.000,00)